



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 153.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 19/08/2025

SESSÃO DELIBERATIVA EXTRAORDINÁRIA PRESENCIAL (AM Nº 123/2020) DE 19/08/2025

BREVES COMUNICAÇÕES

Luiz Couto (PT - PB) - O Deputado destacou que o Brasil saiu novamente do Mapa da Fome da ONU, após a redução da subnutrição para menos de 2,5% da população. Informou que políticas públicas coordenadas pelo Ministério do Desenvolvimento e programas como o Bolsa Família e o Cozinha Solidária foram determinantes para que mais de 24 milhões de pessoas deixassem a fome no passado. Afirmou que a insegurança alimentar caiu de 46 milhões para 28,5 milhões de brasileiros em dois anos. Também abordou a violência contra defensores de direitos humanos, relatando 480 casos entre 2023 e 2024, incluindo 55 assassinatos e 175 ameaças. Ressaltou que a maioria das vítimas foram indígenas, quilombolas e defensores ambientais, apontando falhas na proteção e a persistência da impunidade.

Luiz Lima (NOVO - RJ) - O Deputado criticou decisão do Ministro Flávio Dino, do STF, que impediu Municípios atingidos pelas tragédias de Mariana (MG) e Brumadinho (MG) de acionarem judicialmente a Vale e a BHP em Londres. Afirmou que a medida comprometeu a busca por reparações e gerou impactos no mercado financeiro, com queda de ações e do Ibovespa. Também fez um retrospecto da gestão de Flávio Dino como Governador do Maranhão, citando baixos índices de desenvolvimento, problemas sociais e aumento de violência. Além disso, anunciou ter protocolado requerimento de informações ao Ministério da Educação sobre a situação do Campus Realengo II do Colégio Pedro II, após denúncias de infraestrutura precária, falta de acessibilidade, problemas sanitários e omissão da direção. Disse que a unidade, antes referência, enfrenta um cenário de abandono.

Charles Fernandes (PSD - BA) - O Deputado parabenizou o Governador Jerônimo Rodrigues pela nomeação de Marcius Gomes como Secretário de Ciência e Tecnologia da Bahia. Destacou a trajetória do novo gestor, ex-diretor da Uneb em Guanambi, ressaltando sua dedicação à educação e sua primeira agenda no interior, em Caetitê (BA), onde lançou programa de qualificação em parceria com o Consórcio de Desenvolvimento do Alto Sertão. Afirmou que a escolha representou um ganho para todo o Estado. Também relatou visita a comunidades rurais em Lagoa Real (BA), onde acompanhou a produção de agricultores familiares e reafirmou o compromisso de seu mandato com o fortalecimento da agricultura familiar na Bahia, setor que reúne mais de 700 mil trabalhadores. Agradeceu às lideranças locais e à população pelo acolhimento recebido durante a visita.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 153.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 19/08/2025

Paulo Folletto (PSB - ES) - O Presidente registrou a comemoração dos 104 anos de Colatina, no Espírito Santo, a serem celebrados no dia 22 de agosto. Lembrou sua trajetória pessoal e profissional na cidade, onde nasceu, construiu sua família, atuou como médico e iniciou a vida política. Destacou que participaria das festividades oficiais junto à população local, na data de aniversário da cidade, conhecida como “Princesa do Norte” do Estado. Concedeu a palavra ao Deputado Roberto Monteiro Pai, que já se encontrava na tribuna para dar continuidade à sessão.

Roberto Monteiro Pai (PL - RJ) - O Deputado registrou a atuação do Abrigo Evangélico da Pedra de Guaratiba, no Rio de Janeiro (RJ), instituição ligada à Igreja Congregacional que há 78 anos acolhe crianças em situação de risco encaminhadas pela Justiça. Ressaltou o trabalho social desenvolvido pela entidade, que oferece apoio e proteção a famílias que não teriam condições de sustentar seus filhos sem essa assistência. Destacou ainda a presença no plenário de dirigentes do abrigo, incluindo o presidente Pastor Josué Barbosa Cordeiro. Afirmou que seu mandato contribuiu com a instituição e defendeu maior engajamento dos 46 Deputados do Rio de Janeiro no apoio a iniciativas semelhantes. Enfatizou que a política deve priorizar obras sociais, independentemente de interesses eleitorais.

Otoni de Paula (MDB - RJ) - O Deputado relatou que estudantes do movimento Aviva Universitário foram impedidos de realizar um culto evangélico na Universidade Federal do Rio Grande do Sul e que chegaram a ser ameaçados por seguranças. Destacou que o grupo já promoveu encontros semelhantes em outras universidades públicas do país e defendeu a continuidade das atividades, que transformavam a vida de jovens. Também abordou a investigação contra o Pastor Silas Malafaia, incluído em inquérito da Polícia Federal, classificando a medida como tentativa de intimidação política. Ressaltou que não se tratava de perseguição religiosa, mas de questionamentos relacionados a posicionamentos políticos. Informou que era necessário distinguir liberdade de fé das disputas políticas atuais, preservando o direito da Igreja de pregar e manifestar sua crença.

Alberto Fraga (PL - DF) - O Deputado criticou a decisão do Governador Ibaneis Rocha de transferir o tradicional evento São João do Cerrado de Ceilândia para a Esplanada dos Ministérios. Afirmou que a festa, considerada um sucesso popular na cidade mais populosa do Distrito Federal, perdeu força após a mudança de local, registrando baixa adesão do público. Informou que a alteração retirou da população de Ceilândia um espaço de lazer consolidado e resultou em frustração para os organizadores e para o próprio Governo. Classificou a decisão como um erro e defendeu que eventos culturais enraizados nas comunidades devem ser preservados em seus territórios de origem, onde possuem maior identificação e participação popular.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 153.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 19/08/2025

Gilson Daniel (PODE - ES) - O Deputado cobrou do Ministério dos Transportes a entrega da Ferrovia Leopoldina ao Espírito Santo e a 11 Municípios capixabas. Afirmou que já realizou diversas reuniões com a equipe técnica da pasta e destacou que o trecho não é mais economicamente viável para o transporte ferroviário. Informou que o Estado possui projetos para transformar a área em uma ciclovia e em novos equipamentos voltados ao turismo, aproveitando o espaço para fomentar desenvolvimento regional. Reforçou que a ferrovia já havia sido devolvida ao Governo Federal e defendeu que a transferência ao Estado e aos Municípios seja concluída com urgência, a fim de garantir alternativas de uso social e econômico do patrimônio.

Hildo Rocha (MDB - MA) - O Deputado denunciou o afastamento do Procurador-Geral do Maranhão, Valdênio Caminha, classificando o episódio como um “crime de hermenêutica”, expressão usada para definir a criminalização de pareceres jurídicos. Afirmou que o Procurador foi retirado do cargo por emitir um parecer contrário a interesses de um grupo político ligado ao Ministro Flávio Dino. Informou que o afastamento teria ocorrido após pedido do próprio Ministro ao Ministro Alexandre de Moraes, que decidiu pela medida mesmo sem que Caminha fosse citado ou tivesse oportunidade de defesa. Alertou para o risco de insegurança jurídica em todo o País, já que procuradores poderiam temer represálias ao emitir pareceres técnicos. Citou artigo do advogado Marcos Lobo que abordou o caso e defendeu maior transparência nas decisões.

Coronel Ulysses (UNIÃO - AC) - O Deputado registrou a aprovação de uma moção de aplausos e louvor à Polícia Militar do Acre na Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado. Destacou que a corporação, com 109 anos de história, foi avaliada como a instituição pública mais bem reconhecida pela população do Estado, segundo pesquisa realizada pelo jornal *A Tribuna* em parceria com o Data Control Instituto de Pesquisa. Informou que o levantamento mostrou que 64,9% dos entrevistados manifestaram apoio à instituição, enquanto apenas 9,1% tiveram avaliação negativa. Ressaltou que a confiança da sociedade acriana é fruto da dedicação dos policiais no policiamento ostensivo e no combate ao crime, além da contribuição histórica da corporação para o desenvolvimento do Estado. Afirmou que o Acre apresentou o menor índice de corrupção policial do País, segundo dados preliminares da Pesquisa Nacional de Vitimização.

José Medeiros (PL - MT) - O Deputado criticou a intenção do Governo Federal de regular as redes sociais com a justificativa de proteção às crianças. Afirmou que setores que defendem pautas como aborto, cirurgias de mudança de sexo em crianças e exposições artísticas com conteúdo erótico envolvendo menores não poderiam se apresentar como preocupados com a infância. Informou que a real finalidade da medida seria restringir a liberdade de expressão e calar a sociedade, em vez de garantir proteção às crianças.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 153.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 19/08/2025

Pastor Eurico (PL - PE) - O Deputado registrou a homenagem ao Pastor Ailton José Alves, Presidente da Igreja Evangélica Assembleia de Deus em Pernambuco, que completou 72 anos. Destacou a liderança exercida pelo religioso à frente da instituição, ressaltando o papel desempenhado pela diretoria e pelos pastores de todo o Estado na condução das atividades da igreja. Informou que o Pastor Ailton José Alves, ao lado de sua família, desenvolveu um trabalho reconhecido em favor da comunidade evangélica e da propagação do Evangelho em Pernambuco.

Paulo Folletto (PSB - ES) - O Presidente registrou o aniversário de 72 anos do Pastor Ailton José Alves, líder da Igreja Assembleia de Deus em Pernambuco. Destacou a contribuição do religioso à comunidade evangélica, ressaltando sua atuação na coordenação da instituição no Estado. Elogiou sua lucidez e a forma como conduz o trabalho pastoral, reconhecendo sua relevância para a fé cristã e para os fiéis que acompanham sua liderança.

Samuel Santos (PODE - GO) - O Deputado defendeu a pacificação e o perdão como caminhos necessários para o futuro do Brasil. Destacou que percorreu diversas regiões do País e constatou que a população tem manifestado o desejo por reconciliação nacional. Afirmou que a justiça só seria alcançada por meio da paz e evocou o exemplo de Jesus Cristo no Calvário como referência de perdão. Dirigiu seu apelo ao Supremo Tribunal Federal e aos colegas do Parlamento, pedindo sensibilidade diante dos infratores dos atos de 8 de janeiro e lembrando que famílias ficaram sem o convívio de seus pais no Dia dos Pais.

Daiana Santos (PCdoB - RS) - A Deputada registrou a presença de representantes do Rio Grande do Sul durante a realização da Conferência Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora, retomada após 10 anos. Informou que o encontro foi destacado pela Parlamentar como um espaço relevante de debate sobre o controle social e as responsabilidades ligadas à saúde pública. Saudou Fabiane Silva, de São Lourenço do Sul, e Francisca Jesus, de Pelotas, ressaltando a importância da mobilização popular em defesa do SUS e dos direitos dos trabalhadores. Enfatizou a relevância do tema para a população e destacou que a participação social é essencial para fortalecer a saúde pública no País.

Marcon (PT - RS) - O Deputado defendeu a regulamentação das redes sociais como medida para proteger crianças e adolescentes da exploração online, citando denúncias recentes divulgadas por influenciadores digitais. Destacou o Projeto de Lei nº 2.628, de 2022, que dispõe sobre a proteção de crianças e adolescentes em ambientes digitais, mas ressaltou a necessidade de ampliar o debate para enfrentar temas como *fake news* e o uso da inteligência artificial. Além disso, apresentou o Projeto de Lei nº 2.919, de 2025, que propõe isenção do IPI na compra do primeiro carro por aposentados e pensionistas. Informou que a medida poderia



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 153.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 19/08/2025

representar economia de até 5 mil reais em veículos populares, garantindo acesso a um bem de consumo que muitos trabalhadores nunca conseguiram adquirir, como forma de valorização da contribuição desses cidadãos para o País.

Coronel Assis (UNIÃO - MT) - O Deputado criticou colegas Parlamentares da Esquerda por suposta incoerência em relação à proteção de crianças. Apontou que, enquanto defendem a regulamentação das redes sociais para punir crimes de exploração infantil, votaram contra a proposta de aumento para 80% do tempo mínimo de cumprimento de pena em regime fechado para autores de crimes hediondos, incluindo violência contra crianças. Informou que a posição contrária a essa medida evidencia uma contradição na atuação política de determinados grupos, demonstrando, em sua avaliação, uma postura hipócrita frente à segurança e à proteção de menores no País. Finalizou lembrando que o debate reflete um contexto de informações e discursos conflitantes na política brasileira.

Otoni de Paula (MDB - RJ) - O Deputado destacou Maricá(RJ) como a primeira cidade do Brasil a oferecer aulas de inglês e mandarim na rede pública de ensino. Elogiou o Prefeito Washington Quaquá, ressaltando que, apesar de divergências ideológicas, a gestão municipal conseguiu utilizar os recursos dos royalties de petróleo para implementar um projeto educativo inovador. Informou que a iniciativa representa uma transformação significativa para a educação local e o desenvolvimento de uma geração de estudantes, ampliando oportunidades e promovendo habilidades linguísticas estratégicas. Ressaltou a importância de investimentos bem direcionados na educação pública e reconheceu Maricá como referência nacional em inovação pedagógica.

Patrus Ananias (PT - MG) - O Deputado celebrou o Dia Nacional de Luta da População em Situação de Rua e apresentou o Projeto de Lei nº 543, de 2024, que institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e de Combate à Aporofobia. Destacou a pobreza extrema como ausência de alimento e moradia e ressaltou a necessidade de atenção da sociedade e do Estado para garantir direitos básicos a essas pessoas. Relacionou sua motivação à formação cristã, citando os ensinamentos de Jesus de Nazaré e lembranças de sua mãe, e fez um apelo para que todos vejam nas pessoas em situação de rua a dignidade humana e o compromisso social de acolhê-las e protegê-las.

Rogério Correia (PT - MG) - O Deputado abordou o julgamento de Bolsonaro e outros sete réus, incluindo generais, pela tentativa de golpe de 8 de janeiro, destacando que o processo ocorreria entre os dias 2 e 12 e representaria uma vitória da democracia no Brasil. Criticou atos antidemocráticos, invasões à Mesa Diretora do Congresso e ameaças ao Supremo Tribunal Federal, citando o envolvimento de figuras bolsonaristas e



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 153.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 19/08/2025

alianças políticas internacionais. Questionou a defesa da liberdade de expressão usada para justificar ataques à democracia e à adultização de crianças, ressaltando a necessidade de regulamentação das redes sociais para conter fake news e proteger menores. Afirmou que o julgamento culminaria na prisão dos envolvidos, reforçando a importância da responsabilização dos autores do golpe.

Alberto Fraga (PL - DF) - O Deputado criticou as negociações salariais das forças de segurança do Distrito Federal, lembrando que o Governador Ibaneis Rocha havia anunciado reajuste igual para a Polícia Militar, o Corpo de Bombeiros e a Polícia Civil. Disse apoiar a busca da Polícia Civil por isonomia com a Polícia Federal, mas rejeitou qualquer tentativa de excluir militares. Alertou que não aceitará diferenciação salarial entre as forças e advertiu que a desvalorização da Polícia Militar e dos bombeiros pode gerar forte reação política. Por fim, reforçou que todas as corporações servem ao Distrito Federal e merecem tratamento igualitário.

Delegado Palumbo (MDB - SP) - O Deputado criticou a proposta de regulamentar as redes sociais, afirmando que o objetivo real do Governo seria censurar a população e restringir a liberdade de expressão. Disse que crimes continuariam ocorrendo independentemente da regulação e acusou a Esquerda de ser “conivente com criminosos” por defender a audiência de custódia e vetar o fim das saídas temporárias de presos. Defendeu penas mais duras para pedófilos e estupradores, sem progressão de regime, e reiterou que a prioridade deve ser punir criminosos, não limitar o uso das redes sociais.

José Medeiros (PL - MT) - O Deputado criticou o Projeto de Lei nº 2.628, de 2022, que dispõe sobre a proteção de crianças e adolescentes em ambientes digitais, mediante regulamentação das redes sociais, chamando-o de “falácia”. Afirmou que a legislação já prevê punições para crimes contra crianças, citando o Estatuto da Criança e do Adolescente e o Código Penal, e lembrou que denúncias recentes, como as feitas pelo influenciador Felca, resultaram em prisões sem necessidade de nova lei. Além disso, ressaltou que a proposta não visa proteger crianças, mas censurar e restringir a liberdade de expressão, criando brechas para punir opositores e proteger aliados. Por fim, disse que a democracia no Brasil está ameaçada sob o pretexto de defesa dos direitos humanos.

Pompeo de Mattos (PDT - RS) - O Deputado criticou o sistema *Free Flow* de pedágios no Rio Grande do Sul, classificando-o como um “caça-níquel” que penaliza excessivamente os motoristas. Relatou casos de caminhoneiros com 120 pontos na carteira e cidadãos com até 6 mil reais em multas em apenas um ano, além de mais de um milhão de gaúchos já multados. Defendeu a aprovação do Projeto de Lei nº 1.241, de 2025, que altera a Lei nº 14.157, de 2021, para dispor sobre a cobrança de débitos de pedágio no sistema *Free Flow* juntamente com o IPVA e o licenciamento do veículo, e para disciplinar a não aplicação de penalidades



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 153.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 19/08/2025

administrativas em caso de quitação no prazo estipulado. Por fim, reforçou que não é contra o sistema em si, mas contra sua aplicação punitiva e desorganizada, pedindo regras claras e transparência ao usuário.

Kim Kataguri (UNIÃO - SP) - O Deputado alertou para os riscos de um projeto em pauta que permitiria ao Presidente da Câmara suspender, de forma unilateral, o mandato de Deputados. Destacou que tal medida ignoraria o Conselho de Ética e o próprio Plenário, transferindo a decisão de centenas de milhares de eleitores para “a canetada de um só homem”. Comparou a proposta a abusos frequentemente atribuídos ao Supremo Tribunal Federal (STF) e afirmou que, se aprovada, esvaziaria o papel do Parlamento e da representação popular, concentrando poder excessivo na Presidência da Casa.

Paulo Folletto (PSB - ES) - O Deputado registrou os 104 anos de Colatina (ES), sua cidade natal, destacando o trabalho conjunto com o Prefeito Renzo Vasconcelos e o apoio de recursos estaduais para fortalecer a administração municipal. Também ressaltou a mobilização de garis pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.146, de 2020, que regulamenta a profissão de Trabalhador essencial de limpeza urbana. Afirmou compromisso em atuar junto ao Relator na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), Deputado Leur Lomanto Júnior, para acelerar a tramitação. Por fim, defendeu a redução da carga horária máxima para 36 horas semanais, enfatizando que qualidade de vida resulta em maior produtividade.

Otoni de Paula (MDB - RJ) - O Deputado defendeu a valorização dos conselheiros tutelares como medida essencial para a proteção da infância e adolescência. Ressaltou que não haverá lei eficaz se esses profissionais não tiverem condições adequadas de trabalho. Apontou a necessidade de investir em saúde mental, nivelamento salarial, melhor estrutura física, recursos humanos suficientes e capacitação contínua. Por fim, também destacou que quem cuida das crianças também precisa de cuidado e pediu ao Congresso prioridade para fortalecer a atuação dos conselhos tutelares, em nome da defesa dos direitos de crianças e adolescentes em todo o Brasil.

Jack Rocha (PT - ES) - A Deputada celebrou os 104 anos de Colatina (ES), sua cidade natal, destacando sua importância histórica e política para o Espírito Santo. Ressaltou que, dos dez Deputados Federais do Estado, cinco nasceram no Município, evidenciando sua tradição de engajamento político e compromisso com o desenvolvimento regional e nacional. Chamou Colatina de “Princesa do Norte”, reconhecendo seus mais de 120 mil habitantes como um povo de luta e resistência. Por fim, fez menção ao aniversário de Linhares (ES), que celebra a data no mesmo dia, e encerrou sua fala com versos do hino colatinense, em homenagem à cidade e sua gente.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 153.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 19/08/2025

Eli Borges (PL - TO) - O Deputado manifestou preocupação com a possibilidade de um Projeto de Resolução conceder ao Presidente da Câmara poder de suspender mandatos sem análise do Conselho de Ética, o que classificou como risco de concentração de poder e enfraquecimento do Legislativo. Em seguida, abordou o Plano Nacional de Educação (PNE), destacando que o texto pode embutir a criação do Sistema Nacional de Educação (SNE). Defendeu liberdade religiosa nas escolas, criticou a presença de ideologias em fases iniciais de aprendizado e ressaltou experiências que, segundo ele, tiveram êxito, como escolas militares, confessionais e o *homeschooling*. Por fim, reforçou a necessidade de fortalecer a autoridade de professores em sala de aula.

Lenir de Assis (PT - PR) - A Deputada lembrou o Dia Nacional de Luta da População em Situação de Rua, marcado por uma exposição na Câmara e pela memória do massacre ocorrido há 21 anos na Praça da Sé, em São Paulo (SP), quando sete pessoas foram assassinadas. Destacou que o crime segue impune e criticou iniciativas da extrema direita em Câmaras Municipais que buscam punir quem se solidariza ou proibir a permanência de pessoas em espaços públicos, medidas que apenas tentam ocultar a pobreza. Por fim, defendeu políticas públicas que assegurem saúde, educação, assistência, segurança, respeito e trabalho digno, reafirmando esse compromisso no Paraná e Brasília (DF).

Lídice da Mata (PSB - BA) - A Deputada destacou sua trajetória em defesa da infância e adolescência e afirmou ser urgente regulamentar as redes sociais para proteger crianças e adolescentes. Criticou a resistência da extrema direita ao debate e alertou para problemas como a adultização usada para monetização por pais, a erotização de imagens que alimenta a pedofilia, e a exposição de crianças vítimas ou testemunhas de crimes. Por fim, reforçou que o Parlamento precisa garantir um espaço seguro nas redes e repudiou ataques que tentam responsabilizar a esquerda por episódios passados, lembrando que o filme citado pela oposição ocorreu durante a ditadura militar.

Junio Amaral (PL - MG) - O Deputado denunciou um contrato da Prefeitura de Contagem (MG) para compra de leite em pó com valores considerados abusivos e ausência de clareza nas especificações. Afirmou que o documento previa embalagens de 400 gramas, mas aliados da gestão afirmaram tratar-se de pacotes de 1 quilo, o que não consta no contrato. Criticou a Prefeita por não esclarecer a população e acusou os Vereadores de atuarem como “tropa de choque” em defesa do Governo Municipal. Por fim, desafiou-os a se manifestarem publicamente nas redes sociais e sustentou que não há como provar a versão apresentada pela base do Partido dos Trabalhadores (PT).



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 153.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 19/08/2025

Sargento Portugal (PODE - RJ) - O Deputado criticou o Governador Cláudio Castro, cobrando um plano efetivo para retomar territórios dominados pelo crime organizado e acusando-o de só mostrar resultados em grandes eventos, enquanto descuida da população. Reclamou do não pagamento das dívidas com servidores, veteranos e pensionistas prometidas desde 2022 no âmbito do Programa de Pleno Pagamento de Dívidas dos Estados (Propag), e questionou a abertura de novo concurso para a Polícia Militar com 6 mil aprovados ainda aguardando nomeação. Por fim, disse que Castro parece “perdido”, mais preocupado com articulações políticas do que em cumprir seu mandato até o fim e atender às necessidades dos cariocas.

Coronel Fernanda (PL - MT) - A Deputada celebrou a decisão do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) que suspendeu os efeitos da moratória da soja, acordo privado firmado por entidades como a Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (ABIOVE) e Associação Nacional dos Exportadores de Cereais (Anec), que, segundo ela, desrespeitava as leis brasileiras e prejudicava regiões em desenvolvimento, como o Norte e o Centro-Oeste. Além disso, lembrou que desde 2023 denunciava o caso na Comissão de Agricultura, promovendo audiências, reuniões e seminários para expor os impactos da medida. Destacou que o Cade identificou indícios de formação de cartel e que a decisão abre caminho para ressarcimento dos produtores afetados. Por fim, agradeceu o apoio de entidades como a Aprosoja-MT, Aprosoja Brasil e Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), e reafirmou seu compromisso de lutar pelo fim definitivo da moratória e pela valorização do agro brasileiro, em especial o de Mato Grosso.

Maria Arraes (SOLIDARIEDADE - PE) - A Deputada defendeu a urgência de votar o Projeto de Lei nº 2.628, de 2022, que dispõe sobre a proteção de crianças e adolescentes em ambientes digitais, de autoria do Senador Alessandro Vieira, regulamentando a atuação das *big techs* no Brasil. Destacou que crianças e adolescentes estão diariamente expostos a conteúdos nocivos nas redes sociais e que as plataformas lucram com isso, devendo ser responsabilizadas. Explicou que o projeto traz três pilares principais: regras para publicidade infantil, possibilidade de remoção ágil de conteúdos ofensivos sem necessidade de ordem judicial, e exigência de que contas de menores de idade estejam vinculadas às de seus responsáveis. Por fim, criticou a tentativa de transformar o tema em disputa ideológica e reforçou que não se trata de censura, mas de proteger crianças e adolescentes da exploração digital.

Ivan Valente (PSOL - SP) - O Deputado afirmou que o bolsonarismo vive um momento de desespero diante da proximidade do julgamento e possível prisão de Jair Bolsonaro, o que tem gerado disputas internas e ataques entre aliados. Citou os filhos de Bolsonaro, que criticaram Governadores e pré-candidatos da direita por priorizarem poder em vez de defender o ex-Presidente. Em seguida, destacou que o Governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, foi criticado por empresários após culpar Lula pelo “tarifaço” dos Estados Unidos,



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 153.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 19/08/2025

mas seguiu se posicionando como candidato, inclusive em evento com grandes bancos e empresários, onde chegou a dizer que o Brasil precisa “dar vitórias ao Trump” — declaração que classificou como ato de submissão e ataque à soberania nacional. Por fim, afirmou que enquanto a extrema direita se divide e se ajoelha ao imperialismo, Bolsonaro caminha para a prisão, e o povo reafirmará seu apoio à soberania e ao Governo Lula.

Junio Amaral (PL - MG) - O Deputado concluiu sua denúncia sobre a gestão do Partido dos Trabalhadores (PT) em Contagem (MG), reiterando que o contrato de compra de leite em pó apresenta graves inconsistências. Classificou a situação como altamente lesiva à população e desafiou os Vereadores aliados da Prefeita a assumirem publicamente o erro ou justificarem o sobrepreço. Por fim, afirmou que a defesa do Governo Municipal expõe mais interesse em proteger a gestão do que em fiscalizar, incomodando quem, de fato, cumpre esse papel, como ele próprio e o Vereador Mauricinho.

Flávio Nogueira (PT - PI) - O Deputado afirmou que o mundo vive sob a “lei da selva”, na qual prevalece o poder dos mais fortes, destacando os Estados Unidos como principais protagonistas desse cenário, ao interferirem até na vida privada de autoridades de outros países. Criticou a contradição entre os ataques feitos no Brasil quando Lula recebeu Maduro e a recepção calorosa de Putin por Trump, em contraste com a submissão da Ucrânia aos interesses das grandes potências. Por fim, defendeu que apenas uma economia sólida e Forças Armadas preparadas podem garantir a soberania de países como o Brasil, citando as lições do Barão do Rio Branco no início do século XX.

Bebeto (PP - RJ) - O Deputado celebrou os 78 anos de emancipação de São João de Meriti (RJ), na Baixada Fluminense, destacando a inauguração da Maternidade do Morrinho, fechada há 8 anos e reaberta graças a investimentos. Ressaltou sua atuação em prol da saúde da cidade, com mais de R\$ 37 milhões em emendas parlamentares e a liberação de R\$ 20 milhões adicionais, que fortaleceram o hospital municipal, a Unidade de Pronto Atendimento (UPA) Infantil e o centro de reabilitação. Lembrou também obras de mobilidade, como melhorias na Rodovia Presidente Dutra e revitalização da ferrovia em bairros locais. Lembrou ter sido Vereador por seis mandatos e agora Deputado Federal. Por fim, afirmou estar honrando sua trajetória de 25 anos de vida pública e os votos recebidos, com resultados concretos para a população de São João de Meriti.

Ricardo Maia (MDB - BA) - O Deputado registrou a presença, na Câmara, de Vereadores de Jaguaripe (BA), representando o Prefeito Dr. Fábio e o grupo político local. Agradeceu ao Presidente da Câmara Municipal, Floro Barreto, e aos Vereadores Alemão, Lucas Brito, Rafa Primo e Zildélio, que vieram a Brasília (DF) em busca de demandas para a educação, saúde e infraestrutura do Município. Por fim, destacou que destinou



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 153.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 19/08/2025

emendas parlamentares para Jaguaripe, reafirmou sua parceria com o Deputado Rogério Andrade e assegurou o compromisso de continuar levando recursos para o desenvolvimento da cidade.

Benedita da Silva (PT - RJ) - A Deputada destacou a relevância do Projeto de Lei nº 4.523, de 2024, de autoria do Deputado Merlong Solano, do qual é Relatora, em tramitação na Comissão de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família. Explicou que a proposta busca combater a adultização infantil, fenômeno denunciado recentemente pelo influenciador digital Felca, que apontou a exposição precoce de crianças a conteúdos e pressões do universo adulto em redes sociais. Salientou também que o projeto foca especialmente na indução de menores a jogos e apostas, muitas vezes mascarados em aplicativos e publicidade infantil. Além disso, ressaltou que a medida estabelece limites institucionais e jurídicos para proteger a infância de estratégias de mercado nocivas e reforça a necessidade de responsabilidade social digital, defendendo que a proteção não poderia recair apenas sobre as famílias.

Jack Rocha (PT - ES) - A Deputada registrou a presença do ex-Secretário de Atenção Primária do Ministério da Saúde, Dr. Nésio Fernandes, destacando sua gestão ao lado da ex-Ministra Nísia Trindade na reconstrução das políticas públicas, especialmente na atenção primária. Além disso, afirmou que os 5.569 Municípios refletiram esse pacto federativo e lembrou o papel de Nésio como Secretário de Saúde do Espírito Santo durante a pandemia, quando deixou como legado a organização do sistema e a lição de que a saída é coletiva. Ademais, citou o debate sobre o projeto que trata da adultização e criminalização nos ambientes digitais, ressaltando que o Parlamento tinha o dever de proteger as famílias brasileiras e de não adotar uma postura de negacionismo digital.

Leônidas Cristino (PDT - CE) - O Deputado relatou a audiência pública que presidiu na Comissão de Viação e Transportes sobre a infraestrutura do sistema portuário. Informou que o encontro, que durou três horas, reuniu poder público, especialistas e sociedade civil em um debate aberto e participativo. Ressaltou também que a discussão abordou temas como competitividade dos portos, desenvolvimento regional, sustentabilidade ambiental, segurança portuária, portos estratégicos e soberania nacional. Além disso, destacou que o fortalecimento da infraestrutura portuária era essencial para aprimorar a logística, reduzir custos, elevar a produtividade e gerar empregos.

Rafael Fera (PODE - RO) - O Deputado declarou apoio à greve dos professores de Rondônia, que reivindicavam aumento de R\$ 250 no auxílio-alimentação. Nesse sentido, classificou a luta da categoria como justa diante da alta dos preços dos alimentos e criticou o Governador Marcos Rocha por não dialogar com os educadores. Também acusou o Governador de ter aumentado o ICMS após a reeleição e de gastar recursos



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 153.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 19/08/2025

públicos com viagens em vez de atender as demandas da educação. Ademais, afirmou que desde o período em que foi Vereador defendeu os professores e que continuaria a expor grupos políticos de Rondônia, os quais acusou de formação de quadrilha e organização criminosa.

Delegado Marcelo Freitas (UNIÃO - MG) - O Deputado destacou que pesquisas realizadas em Minas Gerais em 2024 apontaram a saúde como a principal preocupação da população, especialmente no norte do Estado. Diante disso, informou que tem buscado, junto aos Governos Federal e Estadual, a liberação de recursos para custeio e investimentos na área. Também anunciou a conquista de uma policlínica para o Município de Montes Claros (MG), fruto de reunião no Ministério da Saúde, além da instalação de cinco Unidades Básicas de Saúde durante a gestão do ex-Prefeito Humberto Souto e mais três UBSs já asseguradas na atual gestão do Prefeito Guilherme Guimarães. Por fim, afirmou que essas ações visavam garantir atendimento de qualidade à população.

Airton Faleiro (PT - PA) - O Deputado celebrou a regulamentação da Lei nº 14.757, de 2023, assinada pelo Presidente Lula, da qual foi Relator na Câmara. Destacou que a medida incluiu os assentamentos da reforma agrária, permitindo ao Incra avançar na titulação e regularização fundiária tanto dentro quanto fora dos assentamentos. Também ressaltou que a nova legislação corrigiu distorções, como a exclusão de professores e agentes comunitários do direito à documentação da terra, e estabeleceu exigências como cadastro ambiental e combate ao trabalho escravo. Ademais, afirmou que a mudança trará avanços significativos para a Amazônia e para todo o Brasil. Em seguida, fez uma referência ao Dia da Infância, e defendeu maior rigor nas punições e urgência na aprovação de projetos que reforcem a proteção de crianças e adolescentes.

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado comentou a prisão de cinco policiais militares na Paraíba, acusados de participação em uma chacina. Sobre o assunto, afirmou que a versão divulgada pela imprensa não refletia os fatos, sustentando que os agentes se depararam com criminosos que planejavam uma execução e agiram em confronto, no estrito cumprimento do dever legal. Defendeu a liberação imediata dos policiais, ressaltando que estavam em serviço extra devido ao déficit de efetivo e que não tiveram respeitado o princípio da presunção de inocência. Ao concluir, informou que seu gabinete estava à disposição para apoiar a defesa dos militares e afirmou ter convicção de que eles agiram de forma correta.

Cobalchini (MDB - SC) - O Deputado alertou para os impactos de uma ação em análise no Supremo Tribunal Federal que poderia alterar o conceito de campos de altitude, atualmente definido pelo Código Ambiental de Santa Catarina como áreas acima de 1.500 metros. Ressaltou que a proposta de considerar como campo de altitude toda área acima de 400 metros engessaria cerca de 80% do território catarinense, prejudicando



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 153.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 19/08/2025

agricultura, pecuária e reflorestamento. Além disso, lembrou que a legislação estadual foi revisada em 2021 após amplo debate com agricultores, ambientalistas e especialistas, aprovada quase por unanimidade e já considerada constitucional pelo Tribunal de Justiça. Por fim, defendeu o equilíbrio entre preservação ambiental e produção rural e alertou para os riscos da medida em todo o País.

Missionário José Olimpio (PL - SP) - O Deputado comentou sobre o projeto que trata das redes sociais, presente na pauta da Câmara. Defendeu que fosse feita uma distinção entre o uso abusivo das plataformas digitais, especialmente em casos que atingiam adolescentes, e os benefícios que elas proporcionavam à sociedade. Também ressaltou que as redes sociais precisavam ser preservadas como instrumentos de expressão e reivindicação de direitos da população.

Rosangela Moro (UNIÃO - SP) - A Deputada questionou a atuação do Governo Federal na proteção das crianças na vida real, no âmbito dos debates sobre a adultização infantil. Citou críticas a resoluções sobre aborto, à ausência de ações contra bailes *funk* e à falta de apoio à amamentação, lembrando episódio recente em que a Deputada Julia Zanatta foi hostilizada por estar com a filha no plenário. Também criticou a posição do PT sobre cirurgias de mudança de sexo em menores. Nesse contexto, afirmou que a regulamentação das redes sociais era uma “cortina de fumaça” com risco de censura. Defendeu, em contrapartida, o projeto aprovado na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania que prevê atendimento psicológico e psiquiátrico a crianças vítimas de abusos e reforçou que a responsabilidade primeira pela educação e proteção cabe aos pais.

Pompeo de Mattos (PDT - RS) - O Deputado elogiou a Deputada Rosangela Moro pelo pronunciamento sobre a proteção das crianças e ressaltou a relevância do debate iniciado pelo ativista Felca nas redes sociais. Destacou a importância de ouvir as mulheres, especialmente as mães, na discussão sobre cuidados infantis, e mencionou a necessidade de apoiar os conselheiros tutelares no trabalho de proteção das crianças.

General Girão (PL - RN) - O Deputado se associou ao pronunciamento da Deputada Rosangela Moro sobre críticas à atuação do Governo Federal na proteção das crianças. Além disso, acrescentou que o Governo do Rio Grande do Norte, também do PT, age da mesma forma, sem conceder a devida atenção à infância. Destacou a necessidade de reverter essa situação, lembrando que crimes como pedofilia já são tipificados e sugeriu a possibilidade de agravar as punições, incluindo discussão sobre castração química. Ademais, mencionou visita do Deputado Daniel Teixeira, do Parlamento português, que trouxe informações sobre medidas adotadas em Portugal para proteger crianças.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 153.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 19/08/2025

Pompeo de Mattos (PDT - RS) - O Deputado ressaltou que a proteção das crianças é dever de todos, independentemente de orientação política. Destacou que pais e mães têm a responsabilidade primordial de cuidar de seus filhos e que a família deve estar sempre em primeiro plano na proteção das crianças.

Chico Alencar (PSOL - RJ) - O Deputado registrou a presença do ex-Deputado Vanderlei Macris, de São Paulo, elogiando sua capacidade de diálogo. Em seguida, citou o Dia do Historiador, celebrado em 19 de agosto, em homenagem ao nascimento de Joaquim Nabuco, abolicionista e intelectual pernambucano. Destacou a importância de revisitar o passado para compreender conflitos, avanços e retrocessos, refletindo sobre desigualdades e a construção de um futuro mais justo. Além disso, criticou o ensino da História, que tem sido diminuído pelo pragmatismo liberal, e defendeu que o conhecimento histórico seja incorporado à vida cotidiana, fortalecendo a consciência crítica e a capacidade de ação do povo. Nesse sentido, citou obras históricas e intelectuais brasileiros e o pensamento de Eduardo Galeano como referências para a compreensão da sociedade e da luta por liberdade.

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado comemorou os 440 anos de João Pessoa (PB) e destacou a necessidade de conclusão de obras de infraestrutura para melhorar a mobilidade urbana na cidade. Mencionou a ligação do Altiplano à Universidade Federal da Paraíba (UFPB), os viadutos Luciano Agra e do Bairro das Indústrias, o Arco Metropolitano, a ponte de Cabedelo (PB) e Lucena (PB), a triplicação da BR-230, além das pontes de Valentina e Mangabeira. Ainda ressaltou que essas obras estruturantes são essenciais para desafogar o trânsito e melhorar a qualidade de vida da população. Também criticou a lentidão na finalização da triplicação da BR-230, apontando que o problema persiste mesmo com o terceiro mandato do Governo Lula.

General Girão (PL - RN) - O Deputado criticou a condução do pagamento das emendas parlamentares em 2025, informando que apenas cerca de 15% das suas emendas para a saúde foram liberadas até agosto. Destacou também problemas já existentes nas estradas federais e estaduais do Rio Grande do Norte, como a paralisação da Reta Tabajara. Além disso, abordou a instalação da CPMI do INSS, questionando a atuação da Procuradoria-Geral da República e da Advocacia-Geral da União nas investigações sobre desvios ocorridos entre 2023 e 2024. Ademais, criticou a indicação de um Deputado que não assinou o requerimento de abertura da CPMI para a presidência da comissão, reforçando a necessidade de esclarecimentos sobre o roubo de recursos do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

Pompeo de Mattos (PDT - RS) - O Deputado registrou a presença do Prefeito Fábio D'Alécio, de Ubitatã (PR), acompanhado da esposa, a Vereadora Luciane D'Alécio. Também homenageou a memória do Deputado



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 153.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 19/08/2025

Estadual Caíto Quintana, de Santo Augusto (RS). Ademais, ressaltou a importância de valorizar as raízes e as relações pessoais e profissionais que moldam a trajetória de cada um. Finalizou desejando boas-vindas ao Prefeito e parabenizando pelo trabalho desenvolvido em Ubatã (PR).

Gilberto Abramo (REPUBLICANOS - MG) - O Deputado anunciou a presença no plenário do Embaixador da Índia, Dinesh Bhatia, destacando uma reunião com o Presidente Hugo Motta sobre o relacionamento bilateral entre Brasil e Índia. Em seguida, ressaltou a importância da visita do Embaixador à Câmara dos Deputados e deu as boas-vindas, enfatizando a satisfação em recebê-lo na Casa do Povo.

Paulo Guedes (PT - MG) - O Deputado criticou a fala do Deputado General Girão sobre fraudes no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), afirmando que o roubo começou em 2019, durante o Governo anterior, e que o atual Governo Federal identificou os responsáveis, prendeu-os e está devolvendo os recursos ao povo. Também classificou as declarações do Parlamentar como notícias falsas e acusou o bolsonarismo de distorcer a realidade. Ainda direcionou críticas a seguidores de Eduardo Bolsonaro nos Estados Unidos, considerando que atuam contra o Brasil.

Welter (PT - PR) - O Deputado destacou a importância de aprovar com urgência o Projeto de Lei nº 2.628, de 2022, argumentando que ele garante proteção às crianças e adolescentes contra exploração e desinformação nas redes sociais. Criticou a atuação da ultradireita, que usa plataformas digitais para disseminar mentiras. Em seguida, defendeu a atuação do Governo Federal na investigação das fraudes no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e elogiou a postura do Presidente Lula em relação à dignidade pessoal e à justiça igualitária. Ademais, ressaltou conquistas do Governo, como a abertura de 401 novos mercados internacionais e a negociação responsável diante de tarifas impostas pelos Estados Unidos, afirmando que as políticas públicas têm beneficiado diretamente a população.

Heitor Schuch (PSB - RS) - O Deputado ressaltou a importância do Projeto de Lei nº 5.122, de 2023, que dispõe sobre a liquidação, anistia, renegociação e rebate de dívidas originárias de crédito rural para agricultores, pecuaristas, piscicultores, pescadores e carcinicultores, em geral, e dá outras providências, bem como altera a Lei nº 14.554, de 2023, que altera as Leis nºs 13.999, de 2020, 14.166, de 2021, 11.540, de 2007, e 14.042, de 2020, para tratar do refinanciamento de dívidas e altera a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, a fim de sanar omissão legislativa, aprovado pela Câmara dos Deputados antes do recesso Parlamentar. Ademais, enfatizou que a proposta é essencial para a agricultura do Rio Grande do Sul, pois o plantio depende do calendário agroclimático e não pode ser adiado. Por fim, apelou aos Senadores para que apreciem com urgência a matéria, em respeito às necessidades do setor rural.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 153.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 19/08/2025

Dr. Victor Linhalis (PODE - ES) - O Deputado manifestou indignação diante da notícia de que um cavalo teve as quatro patas decepadas em Bananal (SP), vindo a óbito em razão dos ferimentos. Destacou que a polícia investiga o caso para identificar o responsável pelo crime e lamentou a crueldade do ato. Ademais, relatou que o cavalo não suportou o esforço exigido e acabou punido de forma brutal. Por fim, defendeu rigor na apuração e a prisão do criminoso.

Cleber Verde (MDB - MA) - O Deputado anunciou a realização de audiência pública para discutir a Medida Provisória (MPV) nº 1.303, de 2025, que dispõe sobre a tributação de aplicações financeiras e ativos virtuais no País e dá outras providências, destacando a liderança do Deputado Henderson Pinto (MDB-PA) no debate. Ressaltou a importância do seguro-defeso como benefício fundamental ao pescador e alertou que a limitação orçamentária prevista na MPV deveria ser rediscutida ou suprimida. Além disso, criticou a proposta de transferência da gestão para Prefeituras, por entender que poderia ampliar fraudes já constatadas pelo Tribunal de Contas da União (TCU). Por fim, defendeu que o Governo Federal combata irregularidades sem prejudicar o direito legítimo dos pescadores.

Valmir Assunção (PT - BA) - O Deputado alertou para o debate em torno da Lei Magnitsky, de origem norte-americana, enfatizando que tal legislação não tinha validade no Brasil, cuja soberania e competência legislativa cabiam exclusivamente ao Parlamento. Reforçou que apenas tratados internacionais assinados pelo País poderiam ter efeito interno e criticou a ideia de importar normas estrangeiras. Ademais, destacou o Dia Nacional da Luta da População em Situação de Rua, celebrado em 19 de agosto, e elogiou as ações do Governo da Bahia, por meio da Seades, da Secretária Fabya Reis e do Superintendente Gabriel, como o Programa Corra pro Abraço e o Projeto Pontos de Cuidado. Por fim, exaltou ainda o trabalho de Maria Lúcia Pereira e dos conselhos estaduais na consolidação dessa política de inclusão social.

Pompeo de Mattos (PDT - RS) - O Deputado apelou ao Governo Federal, ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) e ao Ministério dos Transportes diante da situação crítica da BR-116 na Serra Gaúcha, especialmente entre Novo Hamburgo (RS) e Vacaria (RS). Ressaltou que a rodovia apresenta pista estreita, ausência de acostamento, curvas perigosas, aclives e declives íngremes, além de queda de barreiras, neblina frequente e gelo no inverno, configurando alto risco de acidentes. Elogiou obras já realizadas, como a duplicação entre Novo Hamburgo (RS) e Scharlau (RS) e a construção da ponte no Rio Caí, mas enfatizou que a região norte do Estado continua em situação calamitosa. Por fim, relatou sua reunião com Vereadores do Parlamento da Serra, em São Marcos (RS), e reforçou o pedido de duplicação, recuperação e sinalização adequadas para garantir segurança e desenvolvimento econômico da região.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 153.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 19/08/2025

Waldenor Pereira (PT - BA) - O Deputado destacou a realização da oitava edição da Feira Literária de Mucugê (BA) (Fligê), ocorrida entre 13 e 17 de agosto na Chapada Diamantina (BA), cujo tema foi *Literatura: rios e matas da narrativa*. Ressaltou que a feira, já consolidada como uma das maiores da Bahia, reuniu também manifestações culturais como música, cinema, teatro e artes plásticas. Ademais, celebrou a presença do Governador Jerônimo Rodrigues, acompanhado de Secretários estaduais, e elogiou a parceria da Prefeita Ana Medrado e da curadora Profa. Ester Figueiredo. Acrescentou que o evento contou com recursos de suas emendas parlamentares e atraiu mais de 30 mil pessoas. Por fim, afirmou sentir orgulho em contribuir para a democratização do acesso à leitura e à formação cidadã da juventude.

Ana Paula Lima (PT - SC) - A Deputada manifestou solidariedade à jornalista Amanda Souza de Miranda, alvo de ataques nas redes sociais em Santa Catarina. Ressaltou que Amanda é profissional séria, comprometida com a verdade e com o interesse público, denunciando as contradições do Governador Jorginho Mello, bolsonarista. Ademais, denunciou que os ataques partiram de uma milícia digital financiada para espalhar ódio e mentiras. Por fim, repudiou as intimidações e assegurou que Amanda não está sozinha na defesa da democracia, da liberdade de imprensa e do direito da população a informações verdadeiras.

Antonio Andrade (REPUBLICANOS - TO) - O Deputado saudou a presença, na Câmara dos Deputados, do Prefeito Neri, de Almas (TO), elogiando sua gestão e ressaltando sua expressiva votação.

Dr. Zacharias Calil (UNIÃO - GO) - O Deputado posicionou-se contra a proposta de eliminar a obrigatoriedade de frequentar autoescola para a primeira habilitação, argumentando que o Brasil registra mais de 34 mil mortes anuais no trânsito, grande parte de motociclistas. Ressaltou que até 30% dos condutores envolvidos em acidentes graves não possuíam habilitação válida, o que demonstrava a importância da formação adequada. Ademais, destacou o alto custo social dessas tragédias para o Sistema Único de Saúde (SUS), a previdência e a economia, lembrando que o País assumiu meta de reduzir pela metade essas mortes até 2030. Defendeu o Programa CNH Social, a modernização do ensino teórico e o reforço das aulas práticas, sobretudo para motociclistas. Por fim, apelou para que a Câmara rejeite a proposta e promova debates técnicos com a Secretaria Nacional de Trânsito (Senatran), o Conselho Nacional de Trânsito (Contran) e especialistas, reforçando que o trânsito exige mais preparo e não atalhos.

Mauricio Marcon (PODE - RS) - O Deputado afirmou que o ditador Nicolás Maduro, Presidente da Venezuela, narcotraficante e violador de direitos humanos, terá como destino a morte, diante da movimentação dos Estados Unidos, que enviaram destróieres, submarino nuclear e *marines* à costa venezuelana sob o argumento de combater o narcotráfico. Ademais, criticou o Presidente Lula por ter



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 153.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 19/08/2025

recebido Maduro com honras militares em 2023 e por rejeitar a inclusão do Primeiro Comando da Capital (PCC) e do Comando Vermelho (CV) na lista norte-americana de organizações terroristas. Além disso, condenou o Governo Federal por se alinhar a tiranos e criminosos e ironizou a possibilidade de Lula enviar aeronave da Força Aérea para resgatar o líder venezuelano. Por fim, declarou que esperava a queda de Maduro e a libertação da Venezuela.

Pompeo de Mattos (PDT - RS) - O Deputado denunciou práticas abusivas do Agibank e do Banco Mercantil contra aposentados, relatando que essas instituições impediam a transferência de contas, manipulavam clientes para vender produtos e até desviavam chamadas destinadas ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) pelo número 135, usurpando a função do órgão para explorar beneficiários. Ademais, informou que encaminhou a denúncia à Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social (DATAPREV) e ao INSS, o que resultou na suspensão da concessão do Agibank para processar folhas de pagamento de aposentados. Por fim, ressaltou que a decisão servia de alerta a outros bancos e conclamou os aposentados a denunciarem abusos, reafirmando seu compromisso de defendê-los no Parlamento.

Sâmia Bomfim (PSOL - SP) - A Deputada celebrou a posse da nova diretoria da União Nacional dos Estudantes (UNE), destacando sua relevância histórica na mobilização estudantil e na defesa das liberdades democráticas. Ressaltou o papel da entidade no enfrentamento à extrema Direita, na afirmação da soberania nacional frente aos ataques do Presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, e na luta por mais recursos para as universidades públicas diante das limitações impostas pelo arcabouço fiscal. Ademais, apresentou as novas diretoras Júlia, de Relações Internacionais, e Renata, de Meio Ambiente, ambas do coletivo Juntos!, do qual participou como fundadora em 2011, recordando sua militância no movimento estudantil. Por fim, desejou êxito às novas dirigentes.

Vicentinho (PT - SP) - O Deputado repudiou a ocupação da Mesa Diretora por Parlamentares, classificando o ato como violento e desrespeitoso ao Presidente da Câmara. Alertou que, por trás dessa rebeldia, havia manobras para impedir a votação do Projeto de Lei nº 1.087, de 2025, que isenta do Imposto de Renda quem recebe até 5 mil reais e concede benefício para quem ganha até 7.300 reais, e da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 8, de 2025, que reduz a jornada de trabalho para 36 horas semanais, extinguindo a escala 6 por 1. Ademais, recordou sua atuação como Relator da PEC nº 231, de 1995, que reduz a jornada de trabalho para 40 horas semanais, aprovada por unanimidade na Comissão Especial, mas parada em plenário. Além disso, desmentiu boatos sobre taxaço de Pagamento Instantâneo (Pix) acima de 5 mil reais e acusou a maioria da Casa de legislar em favor dos ricos e dos poderosos. Por fim, convocou os trabalhadores a acompanharem a atuação dos Deputados e a rejeitarem nas urnas aqueles que retiram direitos da população.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 153.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 19/08/2025

Daniel Almeida (PCdoB - BA) - O Deputado saudou a presença, na Câmara dos Deputados, do Vereador João Felipe, de Barreiras (BA), destacando que sua agenda em Brasília (DF) esteve voltada a demandas na área da saúde. Ademais, relatou que participou de reunião com o Ministro Alexandre Padilha, em que o Vereador defendeu a construção de um hospital municipal, de unidades básicas de saúde e a ampliação do acesso a exames especializados, diante das carências do Município. Por fim, assegurou ao Vereador o apoio do Governo Lula, do Governador da Bahia, Jerônimo Rodrigues, e de seu mandato parlamentar.

ORDEM DO DIA

Sâmia Bomfim (PSOL - SP) - A Deputada encaminhou a votação do requerimento de urgência ao Projeto de Lei nº 2.628, de 2022, que dispõe sobre a proteção de crianças e adolescentes em ambientes digitais.

Mauricio Marcon (PODE - RS) - O Deputado condenou a atuação da Esquerda por rejeitar o Projeto de Lei nº 1.112, de 2023, que aumentava a pena para estupradores, e a proposta apresentada pelo Deputado Ricardo Salles sobre castração química. Ademais, recordou que a Esquerda considerou como manifestação artística o episódio ocorrido em 2017 no Museu de Arte de São Paulo (Masp), quando um homem nu realizou uma performance diante de crianças. Além disso, acusou o Governo Lula de utilizar o Projeto de Lei nº 2.628, de 2022, que dispõe sobre a proteção de crianças e adolescentes em ambientes digitais, para promover censura às redes sociais. Alertou ainda para a previsão na referida proposição de um comitê, vinculado ao Governo, para decidir sobre derrubada de contas e plataformas digitais sem decisão judicial. Por fim, advertiu os Parlamentares de que seriam cobrados por suas bases caso apoiassem medidas que restringissem a liberdade de expressão.

Eli Borges (PL - TO) - O Deputado criticou o Projeto de Resolução nº 63, de 2025, que altera o Código de Ética e Decoro Parlamentar e o Regimento Interno da Câmara dos Deputados para prever as condutas de agressão física e de obstaculização física do funcionamento das atividades legislativas, e dá outras providências. Ademais, argumentou que é contrário às decisões monocráticas do Supremo Tribunal Federal (STF) e que não poderia apoiar a ampliação das decisões monocráticas na Câmara dos Deputados. Além disso, ressaltou a importância de proteger crianças vulneráveis contra abusos e pedófilos, mas reprovou o uso desse tema para aprovar dispositivos legais que promovem a censura, restringem a liberdade de expressão e criminalizam opiniões. Adicionalmente, pediu aos Parlamentares que defendam as crianças e rejeitem propostas limitadoras dos direitos fundamentais. Por fim, clamou por respeito à democracia e à liberdade no País.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 153.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 19/08/2025

Carlos Jordy (PL - RJ) - O Deputado levantou questão de ordem para apontar a ausência de votação nominal na deliberação do requerimento de urgência. Ademais, reclamou sobre a conduta do Presidente da Câmara dos Deputados durante a deliberação, defendendo o diálogo político, o debate e o respeito às prerrogativas da Oposição e do Plenário da Casa.

Chico Alencar (PSOL - RJ) - O Deputado encaminhou a votação do requerimento de urgência para o Projeto de Resolução nº 63, de 2025, que altera o Código de Ética e Decoro Parlamentar e o Regimento Interno da Câmara dos Deputados para prever as condutas de agressão física e de obstaculização física do funcionamento das atividades legislativas, e dá outras providências.

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência para o Projeto de Resolução nº 63, de 2025, que altera o Código de Ética e Decoro Parlamentar e o Regimento Interno da Câmara dos Deputados para prever as condutas de agressão física e de obstaculização física do funcionamento das atividades legislativas, e dá outras providências.

Lindbergh Farias (PT - RJ) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência apresentado ao Projeto de Resolução nº 63, de 2025, que altera o Código de Ética e Decoro Parlamentar e o Regimento Interno da Câmara dos Deputados para prever as condutas de agressão física e de obstaculização física do funcionamento das atividades legislativas, e dá outras providências.

Pedro Lucas Fernandes (UNIÃO - MA) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência apresentado ao Projeto de Resolução nº 63, de 2025, que altera o Código de Ética e Decoro Parlamentar e o Regimento Interno da Câmara dos Deputados para prever as condutas de agressão física e de obstaculização física do funcionamento das atividades legislativas, e dá outras providências.

Laura Carneiro (PSD - RJ) - A Deputada orientou a bancada na votação do requerimento de urgência apresentado ao Projeto de Resolução nº 63, de 2025, que altera o Código de Ética e Decoro Parlamentar e o Regimento Interno da Câmara dos Deputados para prever as condutas de agressão física e de obstaculização física do funcionamento das atividades legislativas, e dá outras providências. Além disso, agradeceu a aprovação da urgência do Projeto nº 2.628, de 2022, ressaltando que o requerimento foi apresentado havia dois meses, antes da denúncia feita pelo influenciador Felca, embora tenha reconhecido a relevância da contribuição dele para o debate.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 153.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 19/08/2025

Aline Gurgel (REPUBLICANOS - AP) - A Deputada orientou a bancada na votação do requerimento de urgência apresentado ao Projeto de Resolução nº 63, de 2025, que altera o Código de Ética e Decoro Parlamentar e o Regimento Interno da Câmara dos Deputados para prever as condutas de agressão física e de obstaculização física do funcionamento das atividades legislativas, e dá outras providências. Além disso, defendeu a imediata inclusão na pauta do Projeto de Lei nº 2.628, de 2022, que trata da proteção de crianças e adolescentes nos ambientes digitais.

Dorinaldo Malafaia (PDT - AP) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência apresentado ao Projeto de Resolução nº 63, de 2025, que altera o Código de Ética e Decoro Parlamentar e o Regimento Interno da Câmara dos Deputados para prever as condutas de agressão física e de obstaculização física do funcionamento das atividades legislativas, e dá outras providências.

Jonas Donizette (PSB - SP) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência apresentado ao Projeto de Resolução nº 63, de 2025, que altera o Código de Ética e Decoro Parlamentar e o Regimento Interno da Câmara dos Deputados para prever as condutas de agressão física e de obstaculização física do funcionamento das atividades legislativas, e dá outras providências.

Talíria Petrone (PSOL - RJ) - A Deputada orientou a bancada na votação do requerimento de urgência apresentado ao Projeto de Resolução nº 63, de 2025, que altera o Código de Ética e Decoro Parlamentar e o Regimento Interno da Câmara dos Deputados para prever as condutas de agressão física e de obstaculização física do funcionamento das atividades legislativas, e dá outras providências.

Marcel van Hattem (NOVO - RS) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência apresentado ao Projeto de Resolução nº 63, de 2025, que altera o Código de Ética e Decoro Parlamentar e o Regimento Interno da Câmara dos Deputados para prever as condutas de agressão física e de obstaculização física do funcionamento das atividades legislativas, e dá outras providências.

Mauricio Marcon (PODE - RS) - O Deputado fez apelo ao Presidente Hugo Motta para que reconsiderasse decisão anterior, alegando que havia solicitado votação nominal ao microfone, pedido que ficou registrado em áudio e vídeo da Casa. Afirmou que não houve unanimidade no Colégio de Líderes sobre a matéria, o Projeto de Lei nº 2.628, de 2022, e defendeu que a manifestação de um Parlamentar eleito deve ser respeitada, mesmo que isolada. Por fim, pediu que fosse restabelecido o direito ao procedimento nominal, em nome do respeito ao Parlamento e à legitimidade do processo legislativo.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 153.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 19/08/2025

Osmar Terra (PL - RS) - O Deputado afirmou que a Câmara é a principal representação da democracia no Brasil, onde cada Parlamentar fala em nome de milhares de cidadãos. Dessa forma, defendeu que o Presidente da Casa, independentemente de quem seja, não pode ter poder para punir Deputados de forma unilateral, sem que haja direito de defesa, pois num cenário de divergências políticas ou pessoais, um Presidente poderia agir de forma arbitrária contra Parlamentares, o que colocaria em risco a democracia. Concluiu, portanto, que eventuais punições devem seguir o devido processo no Conselho de Ética.

Alencar Santana (PT - SP) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência apresentado ao Projeto de Resolução nº 63, de 2025, que altera o Código de Ética e Decoro Parlamentar e o Regimento Interno da Câmara dos Deputados para prever as condutas de agressão física e de obstaculização física do funcionamento das atividades legislativas, e dá outras providências.

Orlando Silva (PCdoB - SP) - O Deputado reconheceu a importância das medidas contidas no Projeto de Resolução nº 63, de 2025, para garantir o respeito ao Regimento da Câmara, mas fez um apelo ao Presidente Hugo Motta para que reflita sobre os riscos da concentração excessiva de poder nas mãos da Presidência. Ressaltou que decisões duras que impactam o exercício do mandato parlamentar não devem ser tomadas isoladamente, já que a Mesa Diretora pode ser convocada rapidamente com apoio da tecnologia. Finalmente, alertou que a Presidência não pode se tornar hipertrofiada, sob risco de abrir espaço para arbitrariedades em gestões futuras.

Hugo Motta (REPUBLICANOS - PB) - O Presidente respondeu ao Deputado Orlando Silva afirmando que a urgência do Projeto de Resolução nº 63, de 2025, foi pautada diante do grave episódio ocorrido na retomada dos trabalhos da Câmara, que não pode se repetir sob sua gestão. Destacou que a proposta não busca hipertrofiar poderes da Presidência, mas sim garantir o bom funcionamento da Casa e proteger a democracia. Ressaltou, ainda, que o relatório poderá ser negociado com os partidos e não precisa ser votado imediatamente, mas defendeu a necessidade de medidas firmes e pedagógicas contra atitudes que desrespeitem o Regimento.

General Girão (PL - RN) - O Deputado afirmou que concordava que os fatos ocorridos no plenário não poderiam se repetir, mas alertou que a solução não poderia ferir a Constituição Federal, especialmente o artigo 53, que garante a imunidade parlamentar. Relatou ter sido processado em 2019 por declarações e manifestações políticas, processo posteriormente extinto, sem qualquer retratação. Criticou também a submissão frequente do Legislativo a decisões do Executivo e do Judiciário, defendendo maior respeito à autonomia do Parlamento. Por fim, comparou o Projeto de Resolução nº 63, de 2025, em debate, a um



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 153.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 19/08/2025

“remédio amargo”, semelhante ao aplicado aos envolvidos no 8 de Janeiro, e pediu que o mérito fosse amplamente discutido para evitar retrocessos e preservar as garantias constitucionais dos Deputados.

Eli Borges (PL - TO) - O Deputado manifestou preocupação com os rumos do Legislativo diante do Projeto de Resolução nº 63, de 2025. Alertou que não se pode transformar um fato isolado em regra permanente que impactará o Parlamento por anos. Ressaltou que medidas desse tipo representam risco de autodestruição institucional e podem ser usadas de forma contraditória no futuro. Por fim, pediu ao Presidente que preserve o espírito democrático, resgate os valores defendidos por Ulysses Guimarães e evite colocar Deputados em conflito por suas posições políticas.

Domingos Sávio (PL - MG) - O Deputado elogiou a decisão da Presidência de não votar o mérito do Projeto de Resolução nº 63, de 2025, naquele dia e defendeu que a matéria seja analisada com mais atenção. Afirmou que é consenso a necessidade de coibir ofensas, agressões físicas e constrangimentos no Plenário, mas ressaltou que isso deve ser feito sem abrir mão do respeito, da ética e da firmeza na defesa de princípios.

Domingos Sávio (PL - MG) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei nº 3.181, de 2025, que dispõe sobre a criação de funções comissionadas no Quadro de Pessoal do Superior Tribunal de Justiça.

Luiz Lima (NOVO - RJ) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei nº 3.181, de 2025, que dispõe sobre a criação de funções comissionadas no Quadro de Pessoal do Superior Tribunal de Justiça.

Erika Kokay (PT - DF) - A Deputada orientou a bancada na votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei nº 3.181, de 2025, que dispõe sobre a criação de funções comissionadas no Quadro de Pessoal do Superior Tribunal de Justiça.

Luiz Philippe de Orleans e Bragança (PL - SP) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei nº 3.181, de 2025, que dispõe sobre a criação de funções comissionadas no Quadro de Pessoal do Superior Tribunal de Justiça.

Carlos Jordy (PL - RJ) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei nº 3.181, de 2025, que dispõe sobre a criação de funções comissionadas no Quadro de Pessoal do Superior Tribunal de Justiça.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 153.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 19/08/2025

Gabriel Nunes (PSD - BA) - O Deputado proferiu parecer ao Projeto de Lei nº 3.181, de 2025, que dispõe sobre a criação de funções comissionadas no Quadro de Pessoal do Superior Tribunal de Justiça.

Luiz Lima (NOVO - RJ) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de adiamento da discussão do Projeto de Lei nº 3.181, de 2025, que dispõe sobre a criação de funções comissionadas no Quadro de Pessoal do Superior Tribunal de Justiça.

Eli Borges (PL - TO) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de adiamento da discussão do Projeto de Lei nº 3.181, de 2025, que dispõe sobre a criação de funções comissionadas no Quadro de Pessoal do Superior Tribunal de Justiça.

Luiz Philippe de Orleans e Bragança (PL - SP) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de adiamento da discussão do Projeto de Lei nº 3.181, de 2025, que dispõe sobre a criação de funções comissionadas no Quadro de Pessoal do Superior Tribunal de Justiça.

Nikolas Ferreira (PL - MG) - O Deputado criticou a condução dos trabalhos na Câmara e acusou o Presidente de ter encerrado de forma apressada a votação de um tema relevante, o que classificou como desrespeito ao Parlamento. Afirmou que a Casa perde legitimidade ao não pautar projetos como a anistia e as prerrogativas parlamentares, enquanto permite agressões físicas entre Deputados sem punição. Também denunciou o que chamou de interferências e chantagens do Supremo Tribunal Federal sobre o Congresso e disse que a população vê desrespeito quando decisões da Casa são anuladas judicialmente. Concluiu, por fim, que a prioridade deveria ser debater projetos de impacto real para a sociedade e alertou que, sem reação, o Congresso continuará subjugado.

Chico Alencar (PSOL - RJ) - O Deputado discutiu o Projeto de Lei nº 3.181, de 2025, que dispõe sobre a criação de funções comissionadas no Quadro de Pessoal do Superior Tribunal de Justiça.

Kim Kataguirí (UNIÃO - SP) - O Deputado criticou a resolução que permitiu ao Presidente da Câmara suspender monocraticamente o mandato de um Parlamentar. Afirmou que essa medida não existe em nenhum Parlamento democrático do mundo e representa a concentração de um “poder imperial” nas mãos de uma única pessoa. Alertou que, no futuro, qualquer Presidente da Câmara poderia usar esse dispositivo contra Deputados de diferentes partidos, independentemente da ideologia, criando um precedente perigoso. Disse ainda que nenhum Presidente abrirá mão desse poder e advertiu que os que o apoiam hoje poderão ser



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 153.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 19/08/2025

vítimas dele amanhã. Além disso, propôs que não se votasse nenhuma proposição vinda do Poder Judiciário enquanto fossem vítimas do abuso daquele Poder.

Marcel van Hattem (NOVO - RS) - O Deputado discutiu o Projeto de Lei nº 3.181, de 2025, que dispõe sobre a criação de funções comissionadas no Quadro de Pessoal do Superior Tribunal de Justiça.

Bibo Nunes (PL - RS) - O Deputado discutiu o Projeto de Lei nº 3.181, de 2025, que dispõe sobre a criação de funções comissionadas no Quadro de Pessoal do Superior Tribunal de Justiça.

Claudio Cajado (PP - BA) - O Deputado anunciou no Plenário a presença de uma delegação de Parlamentares da Geórgia, composta pela Deputada Mariam, Presidente da Frente Parlamentar do Grupo de Amizade Geórgia-Brasil; pelo Deputado Nikoloz, Presidente da Comissão de Relações Exteriores; e pelo Deputado Viktor, Presidente da Comissão de Esportes e capitão da seleção de basquete. Destacou a agenda relevante realizada pela delegação, incluindo encontro com o Presidente Hugo Motta, e convidou os colegas a participarem da próxima missão oficial ao país.

Zé Trovão (PL - SC) - O Deputado discutiu o Projeto de Lei nº 3.181, de 2025, que dispõe sobre a criação de funções comissionadas no Quadro de Pessoal do Superior Tribunal de Justiça. Além disso, acusou o Supremo Tribunal Federal de usurpar prerrogativas do Legislativo, citando cassações recentes de Parlamentares durante o recesso. Criticou também a aprovação de requerimento de urgência ao Projeto de Resolução nº 63, de 2025, que daria superpoderes ao Presidente da Câmara, alertando que isso poderia atingir, no futuro, Deputados de diferentes correntes ideológicas.

Marcel van Hattem (NOVO - RS) - O Deputado encaminhou a votação do requerimento de adiamento de votação do Projeto de Lei nº 3.181, de 2025, que dispõe sobre a criação de funções comissionadas no Quadro de Pessoal do Superior Tribunal de Justiça.

Zé Trovão (PL - SC) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de adiamento de votação do Projeto de Lei nº 3.181, de 2025, que dispõe sobre a criação de funções comissionadas no Quadro de Pessoal do Superior Tribunal de Justiça.

Maria do Rosário (PT - RS) - A Deputada orientou a bancada na votação do requerimento de adiamento de votação do Projeto de Lei nº 3.181, de 2025, que dispõe sobre a criação de funções comissionadas no Quadro de Pessoal do Superior Tribunal de Justiça. Além disso, destacou que teriam em breve um debate, em



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 153.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 19/08/2025

Comissão Geral, para a votação do Projeto de Lei nº 2.628, de 2022. Ressaltou que a proposta colocaria em questão de que lado cada Deputado está: das famílias e crianças brasileiras ou dos abusadores e violentos.

Luiz Lima (NOVO - RJ) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de adiamento de votação do Projeto de Lei nº 3.181, de 2025, que dispõe sobre a criação de funções comissionadas no Quadro de Pessoal do Superior Tribunal de Justiça.

Chico Alencar (PSOL - RJ) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de adiamento de votação do Projeto de Lei nº 3.181, de 2025, que dispõe sobre a criação de funções comissionadas no Quadro de Pessoal do Superior Tribunal de Justiça.

Luiz Philippe de Orleans e Bragança (PL - SP) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de adiamento de votação do Projeto de Lei nº 3.181, de 2025, que dispõe sobre a criação de funções comissionadas no Quadro de Pessoal do Superior Tribunal de Justiça.

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de adiamento de votação do Projeto de Lei nº 3.181, de 2025, que dispõe sobre a criação de funções comissionadas no Quadro de Pessoal do Superior Tribunal de Justiça.

Chico Alencar (PSOL - RJ) - O Deputado encaminhou a votação do Projeto de Lei nº 3.181, de 2025, que dispõe sobre a criação de funções comissionadas no Quadro de Pessoal do Superior Tribunal de Justiça.

Kim Kataguri (UNIÃO - SP) - O Deputado encaminhou a votação do Projeto de Lei nº 3.181, de 2025, que dispõe sobre a criação de funções comissionadas no Quadro de Pessoal do Superior Tribunal de Justiça.

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado orientou a bancada na votação do Projeto de Lei nº 3.181, de 2025, que dispõe sobre a criação de funções comissionadas no Quadro de Pessoal do Superior Tribunal de Justiça.

Ana Pimentel (PT - MG) - A Deputada orientou a bancada na votação do Projeto de Lei nº 3.181, de 2025, que dispõe sobre a criação de funções comissionadas no Quadro de Pessoal do Superior Tribunal de Justiça.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 153.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 19/08/2025

Benes Leocádio (UNIÃO - RN) - O Deputado orientou a bancada na votação do Projeto de Lei nº 3.181, de 2025, que dispõe sobre a criação de funções comissionadas no Quadro de Pessoal do Superior Tribunal de Justiça.

Jonas Donizette (PSB - SP) - O Deputado orientou a bancada na votação do Projeto de Lei nº 3.181, de 2025, que dispõe sobre a criação de funções comissionadas no Quadro de Pessoal do Superior Tribunal de Justiça.

Chico Alencar (PSOL - RJ) - O Deputado orientou a bancada na votação do Projeto de Lei nº 3.181, de 2025, que dispõe sobre a criação de funções comissionadas no Quadro de Pessoal do Superior Tribunal de Justiça.

Gabriel Nunes (PSD - BA) - O Deputado orientou a bancada na votação do Projeto de Lei nº 3.181, de 2025, que dispõe sobre a criação de funções comissionadas no Quadro de Pessoal do Superior Tribunal de Justiça.

Luiz Lima (NOVO - RJ) - O Deputado orientou a bancada na votação do Projeto de Lei nº 3.181, de 2025, que dispõe sobre a criação de funções comissionadas no Quadro de Pessoal do Superior Tribunal de Justiça.

Ana Pimentel (PT - MG) - A Deputada orientou a bancada na votação do Projeto de Lei nº 3.181, de 2025, que dispõe sobre a criação de funções comissionadas no Quadro de Pessoal do Superior Tribunal de Justiça.

Mauricio Marcon (PODE - RS) - O Deputado orientou a bancada na votação do Projeto de Lei nº 3.181, de 2025, que dispõe sobre a criação de funções comissionadas no Quadro de Pessoal do Superior Tribunal de Justiça.

Eli Borges (PL - TO) - O Deputado orientou a bancada na votação do Projeto de Lei nº 3.181, de 2025, que dispõe sobre a criação de funções comissionadas no Quadro de Pessoal do Superior Tribunal de Justiça.

Aline Gurgel (REPUBLICANOS - AP) - A Deputada retomou o mandato na Câmara após decisão judicial que corrigiu falhas na legislação eleitoral de 2022, quando quatro eleitos pelo Amapá não puderam assumir. Destacou sua atuação como Secretária de Assistência Social no governo Clécio Luís, período em que participou da criação e execução do programa Amapá Sem Fome, responsável pela entrega de mais de 150 mil cestas e pelo avanço nos índices de segurança alimentar e redução da extrema pobreza. Ressaltou ainda a geração de empregos, a convocação de concursados e a transposição de servidores. Defendeu a pauta da Proposta de Emenda à Constituição nº 47, de 2023, que altera o art. 31 da Emenda Constitucional nº 19, de 4



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 153.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 19/08/2025

de junho de 1998, para prever a inclusão, em quadro em extinção da administração pública federal, de servidor público, de integrante da carreira de policial, civil ou militar, e de pessoa que haja mantido relação ou vínculo funcional, empregatício, estatutário ou de trabalho com a administração pública dos ex-Territórios ou dos Estados do Amapá, de Roraima ou de Rondônia, inclusive suas prefeituras, durante os 10 (dez) primeiros anos da criação dessas unidades federadas; estabelece o parâmetro remuneratório para a Polícia Militar dos ex-Territórios Federais; e dá outras providências. Cobrou regulamentação do ambiente digital e anunciou a entrega da Casa da Mulher Brasileira no Amapá, fruto de emenda parlamentar. Também agradeceu apoio familiar, político e institucional.

Danilo Forte (UNIÃO - CE) - O Deputado denunciou a escalada do crime organizado no Ceará e relatou ameaças de morte contra o Prefeito de Jaguaribara (CE), José Filho, por meio de pichações em prédios públicos da cidade. Destacou que já há Prefeitos afastados, presos ou investigados por envolvimento com facções, e lembrou que o ex-Prefeito Bebeto do Choro (CE) permanece foragido, pressionando gestores municipais. Afirmou que a situação tem gerado clima de terror, expulsão de comunidades inteiras e aumento de homicídios, inclusive em cidades do interior. Criticou a fragilidade das forças policiais diante da impunidade e do fechamento de postos da Polícia Rodoviária Federal. Defendeu a tipificação dos crimes ligados às organizações criminosas e cobrou maior integração das polícias e da Justiça Federal no enfrentamento da violência.

Gustavo Gayer (PL - GO) - O Deputado acusou o Governo de utilizar pautas sensíveis para justificar medidas de censura e criticou a forma como a tragédia no Rio Grande do Sul foi tratada. Afirmou que projetos apresentados sob o argumento de proteção às crianças serviriam apenas para restringir a liberdade de expressão e denunciou contradições da Esquerda nesse tema. Também questionou a criação de novos cargos no Judiciário, citando pesquisas que apontaram a percepção de parte da população de que o STF representava uma ameaça à democracia. Acusou o Tribunal de desrespeitar prerrogativas parlamentares e alertou que a proposta significaria fortalecer um sistema que já atuava de forma opressiva. Reforçou críticas ao Presidente Lula e ao Ministro Alexandre de Moraes, relacionando-os ao aumento da insatisfação popular.

Marcel van Hattem (NOVO - RS) - O Deputado encaminhou a votação do parágrafo único do artigo 2º, apresentado ao Projeto de Lei nº 3.181, de 2025, que dispõe sobre a criação de funções comissionadas no Quadro de Pessoal do Superior Tribunal de Justiça.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 153.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 19/08/2025

Zé Trovão (PL - SC) - O Deputado orientou a bancada na votação do parágrafo único do artigo 2º, apresentado ao Projeto de Lei nº 3.181, de 2025, que dispõe sobre a criação de funções comissionadas no Quadro de Pessoal do Superior Tribunal de Justiça.

Erika Kokay (PT - DF) - A Deputada orientou a bancada na votação do parágrafo único do artigo 2º, apresentado ao Projeto de Lei nº 3.181, de 2025, que dispõe sobre a criação de funções comissionadas no Quadro de Pessoal do Superior Tribunal de Justiça.

Luiz Lima (NOVO - RJ) - O Deputado orientou a bancada na votação do parágrafo único do artigo 2º, apresentado ao Projeto de Lei nº 3.181, de 2025, que dispõe sobre a criação de funções comissionadas no Quadro de Pessoal do Superior Tribunal de Justiça.

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado orientou a bancada na votação do parágrafo único do artigo 2º, apresentado ao Projeto de Lei nº 3.181, de 2025, que dispõe sobre a criação de funções comissionadas no Quadro de Pessoal do Superior Tribunal de Justiça.

Delegado Caveira (PL - PA) - O Deputado orientou a bancada na votação do parágrafo único do artigo 2º, apresentado ao Projeto de Lei nº 3.181, de 2025, que dispõe sobre a criação de funções comissionadas no Quadro de Pessoal do Superior Tribunal de Justiça.

Erika Kokay (PT - DF) - A Deputada orientou a bancada na votação do parágrafo único do artigo 2º, apresentado ao Projeto de lei nº 3.181, de 2025, que "Dispõe sobre a criação de funções comissionadas no Quadro de Pessoal do Superior Tribunal de Justiça".

Zé Trovão (PL - SC) - O Deputado repudiou o caso de maus-tratos contra um cavalo, ocorrido em Bananal (SP), em que um jovem de 21 anos mutilou o animal por estar cansado. Afirmou que usará toda sua força política para que o responsável seja condenado e preso. Também destacou o trabalho de criadores que tratam os animais com respeito e citou a iniciativa de Pedro Berranteiro, que percorre o País para valorizar a cultura e o bem-estar animal.

Jonas Donizette (PSB - SP) - O Deputado defendeu a aprovação do Projeto de lei nº 6.461, de 2019, que cria o Estatuto do Jovem Aprendiz. Ressaltou que a proposta pode gerar cerca de 1 milhão de vagas de trabalho, oferecendo a adolescentes a partir de 14 anos oportunidades de aprendizado profissional aliado ao



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 153.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 19/08/2025

estudo. Também destacou que a medida traz segurança jurídica para empregadores públicos e privados, que hoje enfrentam incertezas na contratação de jovens.

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado encaminhou a votação da expressão "no exercício financeiro do ano de 2025 e seguintes", constante no parágrafo único do artigo 2º apresentado ao Projeto de lei nº 3.181, de 2025, que "Dispõe sobre a criação de funções comissionadas no Quadro de Pessoal do Superior Tribunal de Justiça".

Capitão Alberto Neto (PL - AM) - O Deputado associou a queda histórica da Bolsa de Valores a decisões do STF e do Ministro Flávio Dino. Afirmou que o Brasil corre risco de sofrer sanções internacionais e comparou a atuação do Ministro Alexandre de Moraes a regimes autoritários, acusando-o de violar direitos humanos ao manter presos manifestantes de 8 de janeiro. Também criticou a "ditadura da toga", dizendo que o Congresso estaria subjugado pela Suprema Corte e responsabilizou o Presidente Lula por omissão diante da crise. Ao final, convocou a população a ir às ruas no 7 de Setembro para, segundo ele, defender a democracia e impedir que o Brasil siga o caminho da Venezuela.

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado orientou a bancada na votação da expressão "no exercício financeiro do ano de 2025 e seguintes", constante no parágrafo único do artigo 2º apresentado ao Projeto de lei nº 3.181, de 2025, que "Dispõe sobre a criação de funções comissionadas no Quadro de Pessoal do Superior Tribunal de Justiça".

Ana Pimentel (PT - MG) - A Deputada orientou a bancada na votação da expressão "no exercício financeiro do ano de 2025 e seguintes", constante no parágrafo único do artigo 2º apresentado ao Projeto de lei nº 3.181, de 2025, que "Dispõe sobre a criação de funções comissionadas no Quadro de Pessoal do Superior Tribunal de Justiça". Além disso, afirmou que os opositores apoiaram medidas autoritárias do Presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, que, em sua avaliação, ferem a soberania nacional e prejudicam a imprensa e a economia brasileiras.

Luiz Lima (NOVO - RJ) - O Deputado orientou a bancada na votação da expressão "no exercício financeiro do ano de 2025 e seguintes", constante no parágrafo único do artigo 2º apresentado ao Projeto de lei nº 3.181, de 2025, que "Dispõe sobre a criação de funções comissionadas no Quadro de Pessoal do Superior Tribunal de Justiça". Ademais, criticou o alinhamento internacional do Governo com países como Irã, Rússia e Coreia do Norte, enquanto os Estados Unidos atuam na crise da Venezuela.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 153.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 19/08/2025

Reimont (PT - RJ) - O Deputado orientou a bancada na votação da expressão "no exercício financeiro do ano de 2025 e seguintes", constante no parágrafo único do artigo 2º apresentado ao Projeto de lei nº 3.181, de 2025, que "Dispõe sobre a criação de funções comissionadas no Quadro de Pessoal do Superior Tribunal de Justiça". Além disso, destacou que, durante a análise do Projeto de Lei nº 2.628, de 2022, de autoria do Senador Alessandro Vieira, que trata da proteção de crianças e adolescentes, a oposição tentou barrar a votação da urgência. Acrescentou que tal postura demonstra não apenas oposição ao Brasil, mas também à infância.

General Girão (PL - RN) - O Deputado orientou a bancada na votação da expressão "no exercício financeiro do ano de 2025 e seguintes", constante no parágrafo único do artigo 2º apresentado ao Projeto de lei nº 3.181, de 2025, que "Dispõe sobre a criação de funções comissionadas no Quadro de Pessoal do Superior Tribunal de Justiça". Além disso, mencionou episódio em Natal (RN), onde a Vereadora Brisa, do PT, teria promovido uma festa para comemorar a possível prisão do ex-Presidente Bolsonaro, utilizando recursos públicos. Ao final, destacou que a Câmara Municipal abriu investigação sobre o caso e acusou a Vereadora de buscar autopromoção como candidata a Deputada Estadual.

Rodrigo da Zaeli (PL - MT) - O Deputado orientou a bancada na votação da expressão "no exercício financeiro do ano de 2025 e seguintes", constante no parágrafo único do artigo 2º apresentado ao Projeto de lei nº 3.181, de 2025, que "Dispõe sobre a criação de funções comissionadas no Quadro de Pessoal do Superior Tribunal de Justiça".

Aliel Machado (PV - PR) - O Deputado orientou a bancada na votação da expressão "no exercício financeiro do ano de 2025 e seguintes", constante no parágrafo único do artigo 2º apresentado ao Projeto de lei nº 3.181, de 2025, que "Dispõe sobre a criação de funções comissionadas no Quadro de Pessoal do Superior Tribunal de Justiça". Também destacou que houve tentativa de barrar a urgência de um projeto que combate a adultização e protege crianças contra pedófilos.

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado encaminhou a votação do Art. 4º apresentado ao Projeto de lei nº 3.181, de 2025, que "Dispõe sobre a criação de funções comissionadas no Quadro de Pessoal do Superior Tribunal de Justiça".

Reimont (PT - RJ) - O Deputado comparou a postura da Extrema Direita à de Eduardo Bolsonaro, que, segundo ele, atua nos Estados Unidos para inviabilizar o País e retomar o poder com práticas



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 153.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 19/08/2025

antidemocráticas. Também acusou Jair Bolsonaro de ter negado vacinas, se envolvido em escândalos de joias e de adotar posturas criminosas.

Carlos Jordy (PL - RJ) - O Deputado criticou a Esquerda por, segundo ele, tentar responsabilizar Jair Bolsonaro e Eduardo Bolsonaro pelos problemas atuais do País. Afirmou que a fala do Ministro Flávio Dino sobre a inaplicabilidade da Lei Magnitsky no Brasil causou insegurança no mercado e resultou em prejuízo de R\$ 41 bilhões na Bolsa de Valores. Por fim, declarou que a oposição irá “dar a volta por cima” e retirar a Esquerda do poder com o apoio do povo brasileiro.

Bohn Gass (PT - RS) - O Deputado orientou a bancada na votação do Art. 4º apresentado ao Projeto de lei nº 3.181, de 2025, que "Dispõe sobre a criação de funções comissionadas no Quadro de Pessoal do Superior Tribunal de Justiça".

Chico Alencar (PSOL - RJ) - O Deputado orientou a bancada na votação do Art. 4º apresentado ao Projeto de lei nº 3.181, de 2025, que "Dispõe sobre a criação de funções comissionadas no Quadro de Pessoal do Superior Tribunal de Justiça".

Luiz Lima (NOVO - RJ) - O Deputado orientou a bancada na votação do Art. 4º apresentado ao Projeto de lei nº 3.181, de 2025, que "Dispõe sobre a criação de funções comissionadas no Quadro de Pessoal do Superior Tribunal de Justiça".

Reimont (PT - RJ) - O Deputado orientou a bancada na votação do Art. 4º apresentado ao Projeto de lei nº 3.181, de 2025, que "Dispõe sobre a criação de funções comissionadas no Quadro de Pessoal do Superior Tribunal de Justiça".

Rodrigo da Zaeli (PL - MT) - O Deputado orientou a bancada na votação do Art. 4º apresentado ao Projeto de lei nº 3.181, de 2025, que "Dispõe sobre a criação de funções comissionadas no Quadro de Pessoal do Superior Tribunal de Justiça".

General Girão (PL - RN) - O Deputado orientou a bancada na votação do Art. 4º apresentado ao Projeto de Lei nº 3.181, de 2025, que dispõe sobre a criação de funções comissionadas no Quadro de Pessoal do Superior Tribunal de Justiça. Em seguida, alertou para o risco de um clima de guerra na América do Sul, destacando o deslocamento de tropas e navios de guerra dos Estados Unidos para a costa venezuelana e a convocação, por Nicolás Maduro, de 4,5 milhões de milicianos em resposta. Afirmou que essa escalada ameaça diretamente o



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 153.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 19/08/2025

Estado de Roraima, assim como ocorre na Europa com a guerra Rússia-Ucrânia. Além disso, anunciou que o tema será tratado na Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN), que ouvirá o Assessor Celso Amorim, e cobrou clareza sobre a posição do Brasil diante de possíveis ações bélicas na região.

Erika Kokay (PT - DF) - A Deputada orientou a bancada na votação do Art. 4º apresentado ao Projeto de Lei nº 3.181, de 2025, que dispõe sobre a criação de funções comissionadas no Quadro de Pessoal do Superior Tribunal de Justiça. Em seguida, condenou o fato de bolsonaristas tratarem como inocentes pessoas que tentaram explodir o Aeroporto de Brasília (DF), quase assassinaram uma policial, depredaram as sedes dos três Poderes e organizaram plano para matar o Presidente, o Vice-Presidente e um Ministro do Supremo Tribunal Federal (STF). Além disso, classificou como um absurdo a comparação desses acusados com vítimas do nazismo, chamando isso de desrespeito às vítimas do Holocausto. Por fim, responsabilizou a oposição pela atual crise, acusando-os de estimular o tarifaço contra o Brasil e conclamou respeito à verdade, à história e ao povo brasileiro, encerrando com um “Viva o Brasil!”.

Carlos Jordy (PL - RJ) - O Deputado orientou a bancada na votação do Projeto de Lei nº 3.181, de 2025, que dispõe sobre a criação de funções comissionadas no Quadro de Pessoal do Superior Tribunal de Justiça. Em seguida, criticou o Governo Lula, acusando-o de flertar com ditaduras, financiar a guerra da Rússia e gerar um déficit primário de R\$ 230 bilhões, após Bolsonaro supostamente ter deixado superávit de R\$ 54 bilhões. Por fim, afirmou que a destruição do País não tem relação com Eduardo Bolsonaro ou Trump, mas sim com os erros do atual Governo, e previu que a base governista será derrotada nas próximas eleições.

Bohn Gass (PT - RS) - O Deputado orientou a bancada na votação do Projeto de Lei nº 3.181, de 2025, que dispõe sobre a criação de funções comissionadas no Quadro de Pessoal do Superior Tribunal de Justiça. Em seguida, acusou Bolsonaro de deixar calotes nos precatórios e de ter feito estelionato eleitoral ao isentar tributos de Estados e Municípios para baixar combustíveis em ano de eleição, sem assumir os custos. Além disso, afirmou que o Governo Lula honrou esses pagamentos, respeitando aposentados, credores e Prefeitos, ao contrário de Bolsonaro, que classificou como “caloteiro”. Por fim, ressaltou que a economia hoje cresce acima de 3%, enquanto, no Governo anterior, andava “como rabo de cavalo, para baixo”.

Fernanda Melchionna (PSOL - RS) - A Deputada orientou a bancada na votação do Projeto de Lei nº 3.181, de 2025, que dispõe sobre a criação de funções comissionadas no Quadro de Pessoal do Superior Tribunal de Justiça. Em seguida, criticou a postura da extrema direita, acusando-a de ser subserviente aos Estados Unidos ao defender que a legislação brasileira se subordine à norte-americana. Disse que isso representa uma afronta à soberania nacional e revela alinhamento com Trump e a extrema direita internacional. Por fim,



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 153.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 19/08/2025

defendeu a decisão do Ministro do Supremo Tribunal Federal, Flávio Dino, afirmando que o Brasil não pode ser tratado como “quintal dos Estados Unidos”.

Luiz Lima (NOVO - RJ) - O Deputado orientou a bancada na votação do Projeto de Lei nº 3.181, de 2025, que dispõe sobre a criação de funções comissionadas no Quadro de Pessoal do Superior Tribunal de Justiça (STJ). Em seguida, criticou a decisão do Ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Flávio Dino, sobre a validade de decisões estrangeiras, dizendo que, se fosse correta, o ex-jogador Robinho deveria estar solto, já que foi condenado pela Justiça italiana. Também atacou a gestão de Dino no Maranhão, afirmando que o Estado terminou com o pior Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da história. Por fim, mencionou a vulnerabilidade social, lembrando o crescimento da população em situação de rua em Brasília (DF) e no Rio de Janeiro (RJ).

Reimont (PT - RJ) - O Deputado orientou a bancada na votação do Projeto de Lei nº 3.181, de 2025, que dispõe sobre a criação de funções comissionadas no Quadro de Pessoal do Superior Tribunal de Justiça. Em seguida, disse estar impactado com o nível do debate no Plenário da Câmara dos Deputados e criticou a fala do Deputado Luiz Lima, afirmando que sua posição representaria a defesa de um estuprador, no caso, o ex-jogador de futebol, Robinho.

Luiz Lima (NOVO - RJ) - O Deputado levantou Questão de Ordem após ser citado por Reimont, afirmando que nunca defendeu estupradores. Explicou que sua fala foi no sentido de que, pela lógica da decisão do Ministro Flávio Dino — de não reconhecer decisões estrangeiras —, a prisão de Robinho, baseada na Justiça italiana, não deveria valer no Brasil. Ressaltou que sempre pauta sua atuação pelo respeito, preferindo o diálogo em vez de processos judiciais.

José Medeiros (PL - MT) - O Deputado ironizou o Partido dos Trabalhadores (PT) citando a frase de Mão Santa: “quando não está mentindo, está roubando, quando não está roubando, está mentindo”. Argumentou, em defesa de Luiz Lima, que não se deve surpreender com as acusações petistas e criticou também partidos aliados, que chegaram a defender a anulação da Lei Magnitsky. Por fim, explicou que a lei tem validade apenas nos Estados Unidos, mas afeta quem deseja negociar com o país.

Rodrigo da Zaeli (PL - MT) - O Deputado orientou a bancada na votação do Projeto de Lei nº 3.181, de 2025, que dispõe sobre a criação de funções comissionadas no Quadro de Pessoal do Superior Tribunal de Justiça. Em seguida, acusou o Partido dos Trabalhadores (PT) de só gerar despesas e impostos e defendeu o Deputado Luiz Lima, dizendo que suas palavras foram distorcidas pela esquerda de forma desleal.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 153.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 19/08/2025

Erika Kokay (PT - DF) - A Deputada orientou a bancada na votação do Projeto de Lei nº 3.181, de 2025, que dispõe sobre a criação de funções comissionadas no Quadro de Pessoal do Superior Tribunal de Justiça. Em seguida, rebateu críticas da oposição, lembrando que a condenação de Robinho foi homologada pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ), conforme determina a legislação brasileira em relação a sentenças estrangeiras. Criticou a distorção de fatos e acusou adversários de defenderem uma postura antipatriótica, citando ainda declaração de um dos filhos de Bolsonaro de que queria “terra arrasada” no Brasil. Concluiu exaltando: “Viva o Brasil!”.

Túlio Gadêlha (REDE - PE) - O Deputado relatou sua preocupação com o pouso de um avião militar dos Estados Unidos no Aeroporto Salgado Filho, em Porto Alegre (RS), sem identificação reconhecida pela Força Aérea Brasileira (FAB) e sem explicações da embaixada norte-americana. Anunciou que fará um pedido formal de informação ao Itamaraty para esclarecer a identidade da aeronave e o motivo de sua presença no País, destacando a gravidade do caso e a necessidade de transparência por se tratar de questão de soberania nacional.

Nilton Tatto (PT - SP) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de retirada de pauta da Mensagem do Poder Executivo nº 914, de 2025, que submete à Consideração do Congresso Nacional o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Secretariado da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, do Protocolo de Quioto e do Acordo de Paris sobre a Trigesima Sessão da Conferência das Partes na Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, a Vigésima Sessão da Conferência das Partes servindo como Reunião das Partes no Protocolo de Quioto, a Sétima Sessão da Conferência das Partes servindo como Reunião das Partes no Acordo de Paris, das Sessões dos Órgãos Subsidiários e Outras Reuniões da UNFCCC, também chamado de Acordo de Sede da COP 30, assinado em Bonn, Alemanha, em 2025.

Pompeo de Mattos (PDT - RS) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de retirada de pauta da Mensagem do Poder Executivo nº 914, de 2025, que submete à Consideração do Congresso Nacional o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Secretariado da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, do Protocolo de Quioto e do Acordo de Paris sobre a Trigesima Sessão da Conferência das Partes na Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, a Vigésima Sessão da Conferência das Partes servindo como Reunião das Partes no Protocolo de Quioto, a Sétima Sessão da Conferência das Partes servindo como Reunião das Partes no Acordo de Paris, das Sessões dos Órgãos Subsidiários e Outras Reuniões da UNFCCC, também chamado de Acordo de Sede da COP 30, assinado em Bonn, Alemanha, em 2025.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 153.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 19/08/2025

Talíria Petrone (PSOL - RJ) - A Deputada orientou a bancada na votação do requerimento de retirada de pauta da Mensagem do Poder Executivo nº 914, de 2025, que submete à Consideração do Congresso Nacional o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Secretariado da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, do Protocolo de Quioto e do Acordo de Paris sobre a Trigesima Sessão da Conferência das Partes na Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, a Vigésima Sessão da Conferência das Partes servindo como Reunião das Partes no Protocolo de Quioto, a Sétima Sessão da Conferência das Partes servindo como Reunião das Partes no Acordo de Paris, das Sessões dos Órgãos Subsidiários e Outras Reuniões da UNFCCC, também chamado de Acordo de Sede da COP 30, assinado em Bonn, Alemanha, em 2025. Em seguida, reforçou a denúncia sobre o avião não identificado que pousou em Porto Alegre (RS), possivelmente ligado à Agência Central de Inteligência (CIA), e informou que já estão acionando os órgãos competentes para apurar o caso. Por fim, criticou Parlamentares que defendem Trump e ataques à soberania brasileira em detrimento do povo do País.

Luiz Lima (NOVO - RJ) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de retirada de pauta da Mensagem do Poder Executivo nº 914, de 2025, que submete à Consideração do Congresso Nacional o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Secretariado da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, do Protocolo de Quioto e do Acordo de Paris sobre a Trigesima Sessão da Conferência das Partes na Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, a Vigésima Sessão da Conferência das Partes servindo como Reunião das Partes no Protocolo de Quioto, a Sétima Sessão da Conferência das Partes servindo como Reunião das Partes no Acordo de Paris, das Sessões dos Órgãos Subsidiários e Outras Reuniões da UNFCCC, também chamado de Acordo de Sede da COP 30, assinado em Bonn, Alemanha, em 2025.

Tadeu Veneri (PT - PR) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de retirada de pauta da Mensagem do Poder Executivo nº 914, de 2025, que submete à Consideração do Congresso Nacional o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Secretariado da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, do Protocolo de Quioto e do Acordo de Paris sobre a Trigesima Sessão da Conferência das Partes na Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, a Vigésima Sessão da Conferência das Partes servindo como Reunião das Partes no Protocolo de Quioto, a Sétima Sessão da Conferência das Partes servindo como Reunião das Partes no Acordo de Paris, das Sessões dos Órgãos Subsidiários e Outras Reuniões da UNFCCC, também chamado de Acordo de Sede da COP 30, assinado em Bonn, Alemanha, em 2025.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 153.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 19/08/2025

Delegado Éder Mauro (PL - PA) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de retirada de pauta da Mensagem do Poder Executivo nº 914, de 2025, que submete à Consideração do Congresso Nacional o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Secretariado da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, do Protocolo de Quioto e do Acordo de Paris sobre a Trigesima Sessão da Conferência das Partes na Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, a Vigésima Sessão da Conferência das Partes servindo como Reunião das Partes no Protocolo de Quioto, a Sétima Sessão da Conferência das Partes servindo como Reunião das Partes no Acordo de Paris, das Sessões dos Órgãos Subsidiários e Outras Reuniões da UNFCCC, também chamado de Acordo de Sede da COP 30, assinado em Bonn, Alemanha, em 2025. Em seguida, ironizou a fala de Parlamentares da esquerda sobre o avião americano não identificado em Porto Alegre (RS), dizendo que eles não comentam sobre aviões russos.

Delegado Caveira (PL - PA) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de retirada de pauta da Mensagem do Poder Executivo nº 914, de 2025, que submete à Consideração do Congresso Nacional o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Secretariado da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, do Protocolo de Quioto e do Acordo de Paris sobre a Trigesima Sessão da Conferência das Partes na Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, a Vigésima Sessão da Conferência das Partes servindo como Reunião das Partes no Protocolo de Quioto, a Sétima Sessão da Conferência das Partes servindo como Reunião das Partes no Acordo de Paris, das Sessões dos Órgãos Subsidiários e Outras Reuniões da UNFCCC, também chamado de Acordo de Sede da COP 30, assinado em Bonn, Alemanha, em 2025.

Jack Rocha (PT - ES) - A Deputada orientou a bancada na votação do requerimento de retirada de pauta da Mensagem do Poder Executivo nº 914, de 2025, que submete à Consideração do Congresso Nacional o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Secretariado da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, do Protocolo de Quioto e do Acordo de Paris sobre a Trigesima Sessão da Conferência das Partes na Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, a Vigésima Sessão da Conferência das Partes servindo como Reunião das Partes no Protocolo de Quioto, a Sétima Sessão da Conferência das Partes servindo como Reunião das Partes no Acordo de Paris, das Sessões dos Órgãos Subsidiários e Outras Reuniões da UNFCCC, também chamado de Acordo de Sede da COP 30, assinado em Bonn, Alemanha, em 2025.

Dilvanda Faro (PT - PA) - A Deputada proferiu parecer à Mensagem nº 914, de 2025, que submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Secretariado da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, do Protocolo de Quioto e do



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 153.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 19/08/2025

Acordo de Paris sobre a Trigésima Sessão da Conferência das Partes na Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, a Vigésima Sessão da Conferência das Partes servindo como Reunião das Partes no Protocolo de Quioto, a Sétima Sessão da Conferência das Partes servindo como Reunião das Partes no Acordo de Paris, das Sessões dos Órgãos Subsidiários e Outras Reuniões da UNFCCC, também chamado de Acordo de Sede da COP30, assinado em Bonn, Alemanha, em 20 de junho de 2025.

Ronaldo Nogueira (REPUBLICANOS - RS) - O Deputado registrou no plenário os 90 anos de atividades da Assembleia de Deus de Cruz Alta (RS). Destacou o papel do Pastor Elvino Estevan e de sua esposa, Maria Otíria, à frente da igreja, ressaltando a relevância tanto do trabalho de evangelização quanto das ações sociais realizadas pela comunidade religiosa. Além disso, transmitiu seus cumprimentos ao ministério da Assembleia de Deus de Cruz Alta, ao pastor, aos obreiros e à membresia pelo marco histórico alcançado na cidade.

Chico Alencar (PSOL - RJ) - O Deputado discutiu a Mensagem nº 914, de 2025, que submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Secretariado da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, do Protocolo de Quioto e do Acordo de Paris sobre a Trigésima Sessão da Conferência das Partes na Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, a Vigésima Sessão da Conferência das Partes servindo como Reunião das Partes no Protocolo de Quioto, a Sétima Sessão da Conferência das Partes servindo como Reunião das Partes no Acordo de Paris, das Sessões dos Órgãos Subsidiários e Outras Reuniões da UNFCCC, também chamado de Acordo de Sede da COP30, assinado em Bonn, Alemanha, em 20 de junho de 2025. Além disso, defendeu a investigação da finalidade da missão de uma aeronave que pousou sem identificação no Aeroporto Salgado Filho, em Porto Alegre, levantando a hipótese de que poderia ser uma provocação do presidente norte-americano Donald Trump.

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado discutiu a Mensagem nº 914, de 2025, que submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Secretariado da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, do Protocolo de Quioto e do Acordo de Paris sobre a Trigésima Sessão da Conferência das Partes na Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, a Vigésima Sessão da Conferência das Partes servindo como Reunião das Partes no Protocolo de Quioto, a Sétima Sessão da Conferência das Partes servindo como Reunião das Partes no Acordo de Paris, das Sessões dos Órgãos Subsidiários e Outras Reuniões da UNFCCC, também chamado de Acordo de Sede da COP30, assinado em Bonn, Alemanha, em 20 de junho de 2025.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 153.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 19/08/2025

Pompeo de Mattos (PDT - RS) - O Deputado discutiu a Mensagem nº 914, de 2025, que submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Secretariado da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, do Protocolo de Quioto e do Acordo de Paris sobre a Trigesima Sessão da Conferência das Partes na Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, a Vigésima Sessão da Conferência das Partes servindo como Reunião das Partes no Protocolo de Quioto, a Sétima Sessão da Conferência das Partes servindo como Reunião das Partes no Acordo de Paris, das Sessões dos Órgãos Subsidiários e Outras Reuniões da UNFCCC, também chamado de Acordo de Sede da COP30, assinado em Bonn, Alemanha, em 20 de junho de 2025.

Eli Borges (PL - TO) - O Deputado discutiu a Mensagem nº 914, de 2025, que submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Secretariado da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, do Protocolo de Quioto e do Acordo de Paris sobre a Trigesima Sessão da Conferência das Partes na Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, a Vigésima Sessão da Conferência das Partes servindo como Reunião das Partes no Protocolo de Quioto, a Sétima Sessão da Conferência das Partes servindo como Reunião das Partes no Acordo de Paris, das Sessões dos Órgãos Subsidiários e Outras Reuniões da UNFCCC, também chamado de Acordo de Sede da COP30, assinado em Bonn, Alemanha, em 20 de junho de 2025.

Henderson Pinto (MDB - PA) - O Deputado discutiu a Mensagem nº 914, de 2025, que submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Secretariado da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, do Protocolo de Quioto e do Acordo de Paris sobre a Trigesima Sessão da Conferência das Partes na Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, a Vigésima Sessão da Conferência das Partes servindo como Reunião das Partes no Protocolo de Quioto, a Sétima Sessão da Conferência das Partes servindo como Reunião das Partes no Acordo de Paris, das Sessões dos Órgãos Subsidiários e Outras Reuniões da UNFCCC, também chamado de Acordo de Sede da COP30, assinado em Bonn, Alemanha, em 20 de junho de 2025.

Kim Kataguirí (UNIÃO - SP) - O Deputado discutiu a Mensagem nº 914, de 2025, que submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Secretariado da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, do Protocolo de Quioto e do Acordo de Paris sobre a Trigesima Sessão da Conferência das Partes na Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, a Vigésima Sessão da Conferência das Partes servindo como Reunião das Partes no Protocolo de Quioto, a Sétima Sessão da Conferência das Partes servindo como Reunião das Partes no Acordo



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 153.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 19/08/2025

de Paris, das Sessões dos Órgãos Subsidiários e Outras Reuniões da UNFCCC, também chamado de Acordo de Sede da COP30, assinado em Bonn, Alemanha, em 20 de junho de 2025.

Bohn Gass (PT - RS) - O Deputado discutiu a Mensagem nº 914, de 2025, que submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Secretariado da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, do Protocolo de Quioto e do Acordo de Paris sobre a Trigesima Sessão da Conferência das Partes na Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, a Vigésima Sessão da Conferência das Partes servindo como Reunião das Partes no Protocolo de Quioto, a Sétima Sessão da Conferência das Partes servindo como Reunião das Partes no Acordo de Paris, das Sessões dos Órgãos Subsidiários e Outras Reuniões da UNFCCC, também chamado de Acordo de Sede da COP30, assinado em Bonn, Alemanha, em 20 de junho de 2025.

Carlos Jordy (PL - RJ) - O Deputado discutiu a Mensagem nº 914, de 2025, que submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Secretariado da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, do Protocolo de Quioto e do Acordo de Paris sobre a Trigesima Sessão da Conferência das Partes na Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, a Vigésima Sessão da Conferência das Partes servindo como Reunião das Partes no Protocolo de Quioto, a Sétima Sessão da Conferência das Partes servindo como Reunião das Partes no Acordo de Paris, das Sessões dos Órgãos Subsidiários e Outras Reuniões da UNFCCC, também chamado de Acordo de Sede da COP30, assinado em Bonn, Alemanha, em 20 de junho de 2025.

José Medeiros (PL - MT) - O Deputado discutiu a Mensagem nº 914, de 2025, que submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Secretariado da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, do Protocolo de Quioto e do Acordo de Paris sobre a Trigesima Sessão da Conferência das Partes na Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, a Vigésima Sessão da Conferência das Partes servindo como Reunião das Partes no Protocolo de Quioto, a Sétima Sessão da Conferência das Partes servindo como Reunião das Partes no Acordo de Paris, das Sessões dos Órgãos Subsidiários e Outras Reuniões da UNFCCC, também chamado de Acordo de Sede da COP30, assinado em Bonn, Alemanha, em 20 de junho de 2025.

Rodrigo da Zaeli (PL - MT) - O Deputado discutiu a Mensagem nº 914, de 2025, que submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Secretariado da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, do Protocolo de Quioto e do Acordo de Paris sobre a Trigesima Sessão da Conferência das Partes na Convenção-Quadro das Nações Unidas



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 153.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 19/08/2025

sobre Mudança do Clima, a Vigésima Sessão da Conferência das Partes servindo como Reunião das Partes no Protocolo de Quioto, a Sétima Sessão da Conferência das Partes servindo como Reunião das Partes no Acordo de Paris, das Sessões dos Órgãos Subsidiários e Outras Reuniões da UNFCCC, também chamado de Acordo de Sede da COP30, assinado em Bonn, Alemanha, em 20 de junho de 2025.

Chico Alencar (PSOL - RJ) - O Deputado encaminhou a votação da Mensagem nº 914, de 2025, que submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Secretariado da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, do Protocolo de Quioto e do Acordo de Paris sobre a Trigésima Sessão da Conferência das Partes na Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, a Vigésima Sessão da Conferência das Partes servindo como Reunião das Partes no Protocolo de Quioto, a Sétima Sessão da Conferência das Partes servindo como Reunião das Partes no Acordo de Paris, das Sessões dos Órgãos Subsidiários e Outras Reuniões da UNFCCC, também chamado de Acordo de Sede da COP30, assinado em Bonn, Alemanha, em 20 de junho de 2025.

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado encaminhou a votação da Mensagem nº 914, de 2025, que submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Secretariado da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, do Protocolo de Quioto e do Acordo de Paris sobre a Trigésima Sessão da Conferência das Partes na Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, a Vigésima Sessão da Conferência das Partes servindo como Reunião das Partes no Protocolo de Quioto, a Sétima Sessão da Conferência das Partes servindo como Reunião das Partes no Acordo de Paris, das Sessões dos Órgãos Subsidiários e Outras Reuniões da UNFCCC, também chamado de Acordo de Sede da COP30, assinado em Bonn, Alemanha, em 20 de junho de 2025.

Bohn Gass (PT - RS) - O Deputado encaminhou a votação da Mensagem nº 914, de 2025, que submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Secretariado da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, do Protocolo de Quioto e do Acordo de Paris sobre a Trigésima Sessão da Conferência das Partes na Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, a Vigésima Sessão da Conferência das Partes servindo como Reunião das Partes no Protocolo de Quioto, a Sétima Sessão da Conferência das Partes servindo como Reunião das Partes no Acordo de Paris, das Sessões dos Órgãos Subsidiários e Outras Reuniões da UNFCCC, também chamado de Acordo de Sede da COP30, assinado em Bonn, Alemanha, em 20 de junho de 2025.

José Medeiros (PL - MT) - O Deputado encaminhou a votação da Mensagem nº 914, de 2025, que submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 153.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 19/08/2025

o Secretariado da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, do Protocolo de Quioto e do Acordo de Paris sobre a Trigesima Sessão da Conferência das Partes na Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, a Vigésima Sessão da Conferência das Partes servindo como Reunião das Partes no Protocolo de Quioto, a Sétima Sessão da Conferência das Partes servindo como Reunião das Partes no Acordo de Paris, das Sessões dos Órgãos Subsidiários e Outras Reuniões da UNFCCC, também chamado de Acordo de Sede da COP30, assinado em Bonn, Alemanha, em 20 de junho de 2025.

Carlos Jordy (PL - RJ) - O Deputado orientou a bancada na votação do Projeto de Decreto Legislativo nº 615, de 2025, que aprova o Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Secretariado da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, do Protocolo de Quioto e do Acordo de Paris sobre a Trigesima Sessão da Conferência das Partes na Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, a Vigésima Sessão da Conferência das Partes servindo como Reunião das Partes no Protocolo de Quioto, a Sétima Sessão da Conferência das Partes servindo como Reunião das Partes no Acordo de Paris, das Sessões dos Órgãos Subsidiários e Outras Reuniões da UNFCCC, também chamado de Acordo de Sede da COP30, assinado em Bonn, Alemanha, em 20 de junho de 2025.

Nilto Tatto (PT - SP) - O Deputado orientou a bancada na votação do Projeto de Decreto Legislativo nº 615, de 2025, que aprova o Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Secretariado da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, do Protocolo de Quioto e do Acordo de Paris sobre a Trigesima Sessão da Conferência das Partes na Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, a Vigésima Sessão da Conferência das Partes servindo como Reunião das Partes no Protocolo de Quioto, a Sétima Sessão da Conferência das Partes servindo como Reunião das Partes no Acordo de Paris, das Sessões dos Órgãos Subsidiários e Outras Reuniões da UNFCCC, também chamado de Acordo de Sede da COP30, assinado em Bonn, Alemanha, em 20 de junho de 2025.

Henderson Pinto (MDB - PA) - O Deputado defendeu o Estado do Pará durante debate sobre a realização da COP 30. Nesse sentido, criticou discursos que distorceram a realidade local e ressaltou que o Governador Helder Barbalho assumiu apenas em 2019, período em que o Estado voltou a registrar crescimento. Ademais, destacou investimentos históricos em pavimentação de rodovias, obras municipais e saúde, afirmando que os resultados podem ser comprovados com dados oficiais. Acrescentou que a oposição ao Governador é legítima, mas não reconhecer os avanços seria ignorar a realidade.

Pompeo de Mattos (PDT - RS) - O Deputado destacou a importância do Brasil sediar a COP 30 e se tornar vitrine mundial no debate climático. Lamentou, porém, a polarização política que marcou as discussões,



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 153.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 19/08/2025

observando que projetos acabam sendo julgados pela autoria, seja de Lula ou de Bolsonaro, em vez de seu conteúdo. Ressaltou que essa postura contaminava relações pessoais e reduzia a qualidade do debate no Parlamento, comprometendo a oportunidade de avançar em temas de interesse nacional.

Rodrigo Rollemberg (PSB - DF) - O Deputado orientou a bancada na votação do Projeto de Decreto Legislativo (PDL) nº 615, de 2025, que aprova o Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Secretariado da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, do Protocolo de Quioto e do Acordo de Paris sobre a Trigesima Sessão da Conferência das Partes na Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, a Vigésima Sessão da Conferência das Partes servindo como Reunião das Partes no Protocolo de Quioto, a Sétima Sessão da Conferência das Partes servindo como Reunião das Partes no Acordo de Paris, das Sessões dos Órgãos Subsidiários e Outras Reuniões da UNFCCC, também chamado de Acordo de Sede da COP30, assinado em Bonn, Alemanha, em 20 de junho de 2025.

Túlio Gadêlha (REDE - PE) - O Deputado orientou a bancada na votação do Projeto de Decreto Legislativo (PDL) nº 615, de 2025, que aprova o Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Secretariado da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, do Protocolo de Quioto e do Acordo de Paris sobre a Trigesima Sessão da Conferência das Partes na Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, a Vigésima Sessão da Conferência das Partes servindo como Reunião das Partes no Protocolo de Quioto, a Sétima Sessão da Conferência das Partes servindo como Reunião das Partes no Acordo de Paris, das Sessões dos Órgãos Subsidiários e Outras Reuniões da UNFCCC, também chamado de Acordo de Sede da COP30, assinado em Bonn, Alemanha, em 20 de junho de 2025. Ademais, contestou a Oposição e defendeu a política externa do Presidente Lula, elogiando sua atuação na cúpula dos Agrupamento Brasil-Rússia-Índia-China-África do Sul (BRICS), no Grupo dos Vinte (G20) e na COP30.

Luiz Lima (NOVO - RJ) - O Deputado orientou a bancada na votação do Projeto de Decreto Legislativo (PDL) nº 615, de 2025, que aprova o Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Secretariado da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, do Protocolo de Quioto e do Acordo de Paris sobre a Trigesima Sessão da Conferência das Partes na Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, a Vigésima Sessão da Conferência das Partes servindo como Reunião das Partes no Protocolo de Quioto, a Sétima Sessão da Conferência das Partes servindo como Reunião das Partes no Acordo de Paris, das Sessões dos Órgãos Subsidiários e Outras Reuniões da UNFCCC, também chamado de Acordo de Sede da COP30, assinado em Bonn, Alemanha, em 20 de junho de 2025.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 153.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 19/08/2025

Tadeu Veneri (PT - PR) - O Deputado orientou a bancada na votação do Projeto de Decreto Legislativo (PDL) nº 615, de 2025, que aprova o Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Secretariado da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, do Protocolo de Quioto e do Acordo de Paris sobre a Trigesima Sessão da Conferência das Partes na Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, a Vigésima Sessão da Conferência das Partes servindo como Reunião das Partes no Protocolo de Quioto, a Sétima Sessão da Conferência das Partes servindo como Reunião das Partes no Acordo de Paris, das Sessões dos Órgãos Subsidiários e Outras Reuniões da UNFCCC, também chamado de Acordo de Sede da COP30, assinado em Bonn, Alemanha, em 20 de junho de 2025. Ademais, criticou os Deputados do Pará que falaram mal de seu próprio Estado e de sua capital Belém (PA).

General Girão (PL - RN) - O Deputado criticou o Projeto de Decreto Legislativo (PDL) nº 615, de 2025, que aprova o Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Secretariado da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, do Protocolo de Quioto e do Acordo de Paris sobre a Trigesima Sessão da Conferência das Partes na Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, a Vigésima Sessão da Conferência das Partes servindo como Reunião das Partes no Protocolo de Quioto, a Sétima Sessão da Conferência das Partes servindo como Reunião das Partes no Acordo de Paris, das Sessões dos Órgãos Subsidiários e Outras Reuniões da UNFCCC, também chamado de Acordo de Sede da COP30, assinado em Bonn, Alemanha, em 20 de junho de 2025. Ademais, lamentou a realização da COP 30 no Brasil, afirmando que o País arcará com custos elevados para atender às exigências da Organização das Nações Unidas (ONU). Além disso, relatou sua experiência na Rio 92, quando servia como major, criticando a decisão do então Presidente Fernando Collor de Mello de entregar a área ianomâmi ao “mecanismo internacional”, o que considerou um ataque à soberania. Por fim, recordou sua atuação como Secretário de Segurança Pública do Rio Grande do Norte durante a Copa de 2014, apontando abusos da Federação Internacional de Futebol (FIFA).

Delegado Caveira (PL - PA) - O Deputado orientou a bancada na votação do Projeto de Decreto Legislativo nº 615, de 2025, que aprova o Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Secretariado da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, do Protocolo de Quioto e do Acordo de Paris sobre a Trigesima Sessão da Conferência das Partes na Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, a Vigésima Sessão da Conferência das Partes servindo como Reunião das Partes no Protocolo de Quioto, a Sétima Sessão da Conferência das Partes servindo como Reunião das Partes no Acordo de Paris, das Sessões dos Órgãos Subsidiários e Outras Reuniões da UNFCCC, também chamado de Acordo de Sede da COP30, assinado em Bonn, Alemanha, em 20 de junho de 2025. Ademais, afirmou que se considera de



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 153.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 19/08/2025

ultradireita e apontou denúncias de superfaturamento e corrupção na organização da COP30. Por fim, criticou a gestão do Governador do Pará, Helder Barbalho.

Talíria Petrone (PSOL - RJ) - A Deputada orientou a bancada na votação do Projeto de Decreto Legislativo nº 615, de 2025, que aprova o Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Secretariado da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, do Protocolo de Quioto e do Acordo de Paris sobre a Trigesima Sessão da Conferência das Partes na Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, a Vigésima Sessão da Conferência das Partes servindo como Reunião das Partes no Protocolo de Quioto, a Sétima Sessão da Conferência das Partes servindo como Reunião das Partes no Acordo de Paris, das Sessões dos Órgãos Subsidiários e Outras Reuniões da UNFCCC, também chamado de Acordo de Sede da COP30, assinado em Bonn, Alemanha, em 20 de junho de 2025. Ademais, repudiou o Governo anterior pela exportação ilegal de madeira, desmonte dos órgãos ambientais, recordes de desmatamento, 33 milhões de famintos, insegurança alimentar generalizada, ataques à soberania e apoio a golpes e interesses estrangeiros. Além disso, elogiou o Governo Lula, destacando a defesa da soberania, a valorização dos povos originários e o enfrentamento da crise climática. Por fim, enalteceu a atuação da Ministra do Meio Ambiente e Mudança de Clima, Marina Silva, responsável por reduzir em 59% os focos de incêndio e ampliar o combate ao desmatamento.

Luiz Lima (NOVO - RJ) - O Deputado criticou o Projeto de Lei nº 41, de 2025, que autoriza a criação da Carteira Nacional de Docente no Brasil (CNDDB). Argumentou que, se fosse necessário criar carteirinha para professores, também deveria haver para outros profissionais, o que resultaria em custos desnecessários. Por fim, sustentou que a proposta acrescentaria apenas burocracia e encargos ao Estado, sem garantir melhorias na qualidade do ensino nem valorização real do magistério.

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado elogiou a condução da sessão pelo Presidente e afirmou que a Oposição, composta pelo Partido Liberal (PL) e pelo Partido Novo, cumpre os acordos firmados, diferentemente do Governo Lula, que engana o povo. Criticou a aprovação da realização da Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas de 2025 (COP30) em Belém (PA), do aumento orçamentário para o Poder Judiciário e da criação de cargos no Supremo Tribunal Federal (STF), acusando o Congresso de conceder “cheque em branco” à Corte. Ademais, condenou o chamado “judicialismo de coalizão”, relatando que a decisão de proteger o Ministro sancionado internacionalmente resultou em perdas de 42 bilhões de reais para o sistema financeiro. Por fim, alertou que descumprir a Lei Magnitsky prejudicará todo o povo brasileiro.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 153.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 19/08/2025

Bohn Gass (PT - RS) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei nº 41, de 2025, que autoriza a criação da Carteira Nacional de Docente no Brasil (CNDB). Ademais, criticou a Oposição por se posicionar contra os professores e o meio ambiente. Acusou ainda os adversários de serem contra o Brasil, de apoiarem o Presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, de prejudicarem a economia e de defenderem a ditadura e o fascismo. Por fim, declarou que na democracia se convive com diferenças, enquanto no fascismo elas são eliminadas, associando a Oposição ao culto às armas, à violência, à mentira e às notícias falsas.

Hildo Rocha (MDB - MA) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei nº 41, de 2025, que autoriza a criação da Carteira Nacional de Docente no Brasil (CNDB).

Talíria Petrone (PSOL - RJ) - A Deputada afirmou que, se fosse proposta uma “carteirinha anti-Brasil e antipovo”, a Oposição a aprovaria. Ademais, criticou o posicionamento contrário à realização da Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas de 2025 (COP30) no Brasil em meio à emergência climática que afeta sobretudo as periferias. Além disso, condenou a ação da Oposição no exterior contra a soberania nacional, a economia e o Poder Judiciário. Ressaltou ainda ser professora da rede pública e conhecer as dificuldades da sala de aula, lamentando que a Oposição seja contra o Projeto de Lei nº 41, de 2025, que autoriza a criação da Carteira Nacional de Docente no Brasil (CNDB). Condenou também o Governo anterior pelo legado de 33 milhões de famintos e pela insegurança alimentar de metade da população. Por fim, previu nova derrota eleitoral da Direita em 2026.

Luiz Lima (NOVO - RJ) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei nº 41, de 2025, que autoriza a criação da Carteira Nacional de Docente no Brasil (CNDB). Ademais, criticou o apoio do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) à aprovação da proposição. Por fim, esclareceu que o Partido Novo protocolou requerimento de informação para o Ministério da Educação a respeito do estado precário do Colégio Pedro II, na unidade Realengo II, lamentando que os banheiros das crianças estejam inutilizáveis.

Ana Pimentel (PT - MG) - A Deputada defendeu o Projeto de Lei nº 41, de 2025, que autoriza a criação da Carteira Nacional de Docente no Brasil (CNDB), ressaltando que outras categorias já a possuem. Ademais, condenou os Parlamentares contrários à valorização do magistério. Repudiou ainda o negacionismo do Governador de Minas Gerais que, durante a pandemia, afirmou que os vírus deveriam “circular um pouquinho”. Por fim, condenou o pronunciamento recente do mesmo Governador, filiado ao Partido Novo,



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 153.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 19/08/2025

que comparou pessoas em situação de rua a carros que deveriam ser guinchados, classificando tal posicionamento como vergonhoso e nocivo para o Brasil.

Eli Borges (PL - TO) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei nº 41, de 2025, que autoriza a criação da Carteira Nacional de Docente no Brasil (CNDB).

Reimont (PT - RJ) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei nº 41, de 2025, que autoriza a criação da Carteira Nacional de Docente no Brasil (CNDB). Ademais, repudiou os Parlamentares que apoiam o Presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, e que se posicionaram contrariamente aos professores e à realização da Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas de 2025 (COP30) no Brasil. Por fim, condenou os Deputados do Pará que criticaram o próprio Estado.

Sidney Leite (PSD - AM) - O Deputado alertou que a política de juros do Banco Central penaliza os mais pobres, sobretudo os beneficiários do Programa Bolsa Família, impondo ao País custo superior a 1 trilhão de reais com a dívida pública em 2025. Ressaltou que o Brasil tem a segunda maior taxa de juros real do mundo, superior até à de países em guerra, e que até o mercado financeiro demonstrava preocupação com a desaceleração econômica. Recordou que a inflação caiu graças à redução de tributos sobre combustíveis, energia e telecomunicações, e não pela elevação dos juros. Por fim, defendeu que o Banco Central, além de combater a inflação, deve considerar o custo da dívida, e cobrou reação do Parlamento para impedir que a economia e a competitividade nacional sigam comprometidas por essa política.

Soraya Santos (PL - RJ) - A Deputada defendeu a inclusão da questão da superdotação no debate sobre o Plano Nacional de Educação (PNE), apontando que o Brasil nunca tratou adequadamente do tema. Ademais, explicou que crianças superdotadas não apresentam aprendizado linear, muitas vezes com alto desempenho em uma área e dificuldades em outras. Ressaltou ainda exemplos positivos, como o de uma menina de 9 anos, de São Pedro da Aldeia (RJ), classificada em olimpíada de matemática nos Estados Unidos, e de uma criança de 7 anos, da favela da Maré, vencedora de concurso promovido pela Universidade Harvard. Por fim, informou que mais de 48 mil crianças estão cadastradas no Ministério da Educação sem definição de grade curricular, sustentando que necessitam de atenção imediata.

Ana Pimentel (PT - MG) - A Deputada proferiu parecer ao Projeto de Lei nº 41, de 2025, que autoriza a criação da Carteira Nacional de Docente no Brasil (CNDB).



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 153.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 19/08/2025

Eli Borges (PL - TO) - O Deputado discutiu o Projeto de Lei nº 41, de 2025, que autoriza a criação da Carteira Nacional de Docente no Brasil (CNDB).

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado discutiu o Projeto de Lei nº 41, de 2025, que autoriza a criação da Carteira Nacional de Docente no Brasil (CNDB). Ademais, relatou sua experiência como filho de professora na Paraíba e recordou as dificuldades enfrentadas pelas escolas públicas no final dos anos 80 e início dos anos 90, quando greves deixavam os alunos sem aula por meses. Ressaltou ainda que os professores querem valorização e defendeu o piso nacional da categoria, destacando que muitos Municípios, o Governo da Paraíba e o Governo Federal não cumprem a lei. Além disso, elogiou o ex-Presidente Bolsonaro por ter concedido aos professores o maior aumento salarial da história. Por fim, reprovou o Partido dos Trabalhadores (PT) e o Governo Lula por não promoverem avanços na educação, na saúde e na segurança pública, bem como por elevarem a carga tributária com sucessivos aumentos de impostos.

Rodrigo da Zaeli (PL - MT) - O Deputado discutiu o Projeto de Lei (PL) nº 41, de 2025, que autoriza a criação da Carteira Nacional de Docente no Brasil (CNDB). Ademais, criticou a Esquerda por tentar atribuir problemas do Governo Lula à Oposição e alertou para o perigo da regulamentação das redes sociais, que busca estabelecer censura ao impor limites ao que pode ser dito contra o Presidente da República e o Supremo Tribunal Federal (STF). Por fim, condenou o PL nº 3.181, de 2025, que dispõe sobre a criação de mais de 330 cargos no Superior Tribunal de Justiça (STJ), com custo anual de 18 milhões de reais, ressaltando que se trata de nomeações sem concurso.

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado criticou Parlamentares da base governista por demonstrarem preocupação com a presença de avião da Força Aérea dos Estados Unidos no Rio Grande do Sul, mas permanecerem em silêncio diante da chegada de avião russo a Brasília (DF) e de navios iranianos ao Rio de Janeiro (RJ). Ressaltou ainda que o avião russo representa uma ditadura do Leste Europeu, enquanto os norte-americanos pertencem à maior democracia do mundo. Além disso, condenou o Governo Lula por afundar o País e protagonizar um “desastre internacional” na política externa. Por fim, defendeu o Deputado Eduardo Bolsonaro.

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado orientou a bancada na votação do Projeto de Lei nº 41, de 2025, que autoriza a criação da Carteira Nacional de Docente no Brasil (CNDB). Ademais, defendeu aumento salarial para os professores e a votação urgente da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 169, de 2019, que altera o art. 37 da Constituição Federal, para permitir a acumulação remunerada de um cargo de professor com outro de qualquer natureza.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 153.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 19/08/2025

Ana Pimentel (PT - MG) - A Deputada orientou a bancada na votação do Projeto de Lei nº 41, de 2025, que autoriza a criação da Carteira Nacional de Docente no Brasil (CNDB). Ademais, criticou Parlamentares bolsonaristas por se apresentarem como defensores da educação após, no Governo Bolsonaro, terem atacado professores e cientistas e contribuído para a precarização da educação pública. Além disso, ressaltou que quem sempre defendeu a educação foi o Partido dos Trabalhadores (PT), destacando a expansão das universidades públicas promovida pelo Governo Lula, que garantiu acesso inédito aos filhos dos trabalhadores. Por fim, afirmou que o Presidente Lula possibilitou que a primeira geração de jovens pretos cursasse Medicina e a primeira geração de pobres ingressasse na pós-graduação.

Gisela Simona (UNIÃO - MT) - A Deputada orientou a bancada na votação do Projeto de Lei nº 41, de 2025, que autoriza a criação da Carteira Nacional de Docente no Brasil (CNDB).

Ricardo Maia (MDB - BA) - O Deputado orientou a bancada na votação do Projeto de Lei nº 41, de 2025, que autoriza a criação da Carteira Nacional de Docente no Brasil (CNDB).

Talíria Petrone (PSOL - RJ) - A Deputada orientou a bancada na votação do Projeto de Lei nº 41, de 2025, que autoriza a criação da Carteira Nacional de Docente no Brasil (CNDB). Ademais, parabenizou o Ministro da Educação, Camilo Santana, e a Relatora Ana Pimentel. Além disso, lembrou sua trajetória pessoal como professora na favela da Maré. Por fim, criticou o Governo anterior pela destruição da educação pública e pela perseguição aos profissionais da educação.

Luiz Lima (NOVO - RJ) - O Deputado destacou sua trajetória como professor de Educação Física e voluntário em escolas municipais do Rio de Janeiro, relatando com orgulho que sua filha estuda como bolsista na Universidade *Northwestern*, em Chicago. Informou que o salário médio de um professor em Chicago é de 80 mil dólares por ano, equivalente a 36 mil reais mensais, e observou que, nos Estados Unidos, não existe uma carteira nacional de docente, mas sim licenças estaduais que habilitam a lecionar. Por fim, recordou sua denúncia sobre a situação do Colégio Pedro II e defendeu que educar bem os próprios filhos é o primeiro passo para cuidar da educação de outros.

Reimont (PT - RJ) - O Deputado orientou a bancada na votação do Projeto de Lei nº 41, de 2025, que autoriza a criação da Carteira Nacional de Docente no Brasil (CNDB). Ademais, defendeu o Colégio Pedro II, ressaltando que é a única escola pública mencionada na Constituição Federal. Além disso, criticou Parlamentares da extrema Direita do Rio de Janeiro, especialmente do Partido Liberal (PL), por falarem mal e tentarem descaracterizar a instituição. Por fim, destacou ainda que a qualidade do ensino é elevada, com



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 153.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 19/08/2025

altos índices de aprovação em universidades, sem se limitar a um caráter conteudista, mas formando cidadãos.

José Medeiros (PL - MT) - O Deputado criticou o Partido dos Trabalhadores (PT), sustentando que, quando o partido diz defender um segmento, na prática esse segmento é penalizado. Citou a situação das universidades, mencionando que em seu Estado faltam recursos até para limpeza e pagamento de contas de luz. Lembrou que, se o Colégio Pedro II, protegido pela Constituição Federal, enfrenta dificuldades, a situação das demais instituições é ainda pior. Ademais, desmentiu o discurso do PT de defesa dos pobres e da reforma agrária, alegando que o ex-Presidente Bolsonaro entregou mais títulos de terra que todos os Governos petistas. Por fim, condenou o Governo Lula por cortar quase 2 bilhões de reais do orçamento da educação.

General Girão (PL - RN) - O Deputado orientou a bancada na votação do Projeto de Lei nº 41, de 2025, que autoriza a criação da Carteira Nacional de Docente no Brasil (CNDB). Ademais, lamentou os baixos índices educacionais do Brasil, destacando a situação do Rio Grande do Norte, que possui os piores resultados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb). Além disso, criticou a Governadora do Estado, que é professora, por não garantir condições mínimas de ensino aos alunos. Por fim, reprovou a política educacional do Governo Estadual e condenou decisão recente que permite a aprovação automática de estudantes reprovados em até seis disciplinas, classificando a medida como um golpe contra a educação.

Tadeu Veneri (PT - PR) - O Deputado orientou a bancada na votação do Projeto de Lei nº 41, de 2025, que autoriza a criação da Carteira Nacional de Docente no Brasil (CNDB). Ademais, contestou críticas à aplicação do piso salarial dos professores, afirmando que, quando não é pago, a responsabilidade recai sobre Municípios e Estados, que recebem recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb). Além disso, destacou que a omissão não pode ser atribuída ao Governo Federal. Citou ainda o exemplo do Paraná, cujo Governador é aliado do ex-Presidente Bolsonaro, para repudiar o programa “Prova Paraná”, que permite a aprovação de estudantes mesmo sem frequência ou nota, inflando os índices do Ideb. Por fim, elogiou o Governo Lula por investir na educação, criando universidades e institutos e garantindo melhores condições de vida e trabalho aos professores.

Flávia Moraes (PDT - GO) - A Deputada proferiu parecer ao Projeto de Lei nº 6.461, de 2019, que institui o Estatuto do Aprendiz e dá outras providências.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 153.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 19/08/2025

Eli Borges (PL - TO) - O Deputado discutiu o Projeto de Lei nº 6.461, de 2019, que institui o Estatuto do Aprendiz e dá outras providências.

Carlos Jordy (PL - RJ) - O Deputado discutiu o Projeto de Lei nº 6.461, de 2019, que institui o Estatuto do Aprendiz e dá outras providências. Ademais, criticou a discussão da proposição, sem votação do mérito e com o plenário esvaziado.

Reimont (PT - RJ) - O Deputado discutiu o Projeto de Lei nº 6.461, de 2019, que institui o Estatuto do Aprendiz e dá outras providências. Ademais, celebrou o Dia Nacional de Luta da População em Situação de Rua, destacando a iluminação em vermelho do Congresso Nacional, do Palácio do Planalto e do Cristo Redentor, no Rio de Janeiro (RJ), como símbolos da data. Além disso, criticou declaração do Governador de Minas Gerais, Romeu Zema, que comparou moradores de rua a carros rebocados, classificando-a como expressão de desumanidade. Adicionalmente, relacionou o tema ao Estatuto do Aprendiz, relatado pela Deputada Flávia, defendendo que a oportunidade de trabalho dignifica as pessoas e pode evitar que elas vivam nas ruas. Por fim, exaltou a luta dos trabalhadores e das trabalhadoras.

Luiz Lima (NOVO - RJ) - O Deputado discutiu o Projeto de Lei nº 6.461, de 2019, que institui o Estatuto do Aprendiz e dá outras providências. Ademais, criticou o Governo Lula e o Partido dos Trabalhadores (PT) pela duplicação do número de moradores de rua, segundo dados da Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

Soraya Santos (PL - RJ) - A Deputada discutiu o Projeto de Lei nº 6.461, de 2019, que institui o Estatuto do Aprendiz e dá outras providências. Ademais, defendeu emenda de sua autoria para reservar 3% das vagas do programa a jovens não adotados que vivem em orfanatos e precisam deixar essas instituições ao completarem 18 anos. Argumentou que se trata de uma população invisível, já marcada pela rejeição, que carece de oportunidades e cuja inclusão não teria impacto econômico. Relatou experiências em que o estágio transformou vidas e possibilitou inserção profissional, citando casos de jovens que permaneceram empregados após sua conclusão. Por fim, destacou a importância da formação e da dignidade do trabalho para o futuro dos jovens e o desenvolvimento do País.

Flávia Moraes (PDT - GO) - A Deputada defendeu a aprovação do Projeto de Lei nº 6.461, de 2019, que institui o Estatuto do Aprendiz e dá outras providências, alertando para a necessidade de evitar a politização da matéria. Ressaltou que a juventude brasileira precisa de políticas públicas que ofereçam oportunidades, e não de debates sobre redução da maioria penal. Destacou a importância da Lei da Aprendizagem, em



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 153.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 19/08/2025

vigor desde 2000, que ampliou de 50 mil para 500 mil o número de jovens aprendizes, e explicou que a proposta busca atualizar a legislação, garantindo segurança jurídica ao setor produtivo. Elogiou a responsabilidade social das empresas e agradeceu a colaboração de entidades formadoras, da sociedade civil, da Consultoria da Casa e de Parlamentares, como os Deputados Luiz Gastão e Carlos Zarattini. Por fim, defendeu que a proposição seja reconhecida como uma construção coletiva, voltada exclusivamente à defesa da juventude brasileira.

Roberto Duarte (REPUBLICANOS - AC) - O Deputado criticou a condução do Governo Lula em relação ao Banco do Brasil, apontando que decisões políticas equivocadas estariam fragilizando a instituição. Destacou que o banco registrou lucro líquido de apenas R\$ 3,8 bilhões no segundo trimestre de 2025, uma queda de 60% em relação ao ano anterior, levando à revisão das metas anuais de até R\$ 41 bilhões para uma faixa de R\$ 21 a R\$ 25 bilhões. Atribuiu a desvalorização das ações e a perda de confiança do mercado à interferência governamental e a declarações ideológicas do Presidente da República aumentariam a percepção de risco e afastariam investidores. Por fim, defendeu que o Banco do Brasil seja tratado como patrimônio estratégico do País, e não como trincheira política, pedindo gestão responsável e previsível para preservar a solidez e o papel da instituição no desenvolvimento nacional.

Luiz Lima (NOVO - RJ) - O Deputado destacou o Dia Mundial da Fotografia, celebrado em 19 de agosto, e a relevância das imagens na preservação da memória individual e coletiva. Homenageou fotógrafos profissionais e amadores que, com sensibilidade, registram tanto a beleza e a riqueza cultural do País quanto os desafios sociais.

Ricardo Ayres (REPUBLICANOS - TO) - O Deputado ressaltou a relevância da Proposta de Emenda à Constituição nº 34, de 2024, de autoria da Deputada Laura Carneiro, que inclui a primeira infância como beneficiária de direitos e garantias constitucionais. Defendeu que a medida fortalece o Marco Legal da Primeira Infância e garante atuação conjunta da União, Estados e Municípios em políticas públicas para crianças. Afirmou, também, que investir na primeira infância é investir no futuro do Brasil, com reflexos positivos em saúde, educação, segurança e produtividade. Conclamou, por fim, os Parlamentares a apoiarem a PEC como demonstração de compromisso com as famílias e com a Nação.

Vinicius Carvalho (REPUBLICANOS - SP) - O Deputado alertou para o alto número de vítimas do trânsito e os gastos crescentes do SUS com acidentes, que chegaram a R\$ 449 milhões em 2024, valor suficiente para a compra de 1.320 ambulâncias do SAMU. Destacou que em São Paulo, apenas no primeiro semestre, 483 pessoas morreram no trânsito, com motociclistas representando 58% dos óbitos. Com isso, defendeu medidas



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 153.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 19/08/2025

de prevenção, como fiscalização rigorosa, uso correto de capacetes, infraestrutura adequada e mudanças no modelo de mobilidade. Ressaltou ainda que a prevenção custa menos que o tratamento e deve ter como foco central a proteção da vida.

Laura Carneiro (PSD - RJ) - A Deputada celebrou a sanção da Lei nº 15.176, de 2025, que reconheceu oficialmente a fibromialgia como deficiência para todos os efeitos legais. Afirmou que a norma, que entrará em vigor em janeiro de 2026, garante às pessoas diagnosticadas com a síndrome acesso a benefícios como cotas em concursos públicos, isenção de IPI na compra de veículos e meia-entrada em eventos culturais. Ressaltou ainda que cada diagnóstico será avaliado por equipe multidisciplinar e que o avanço precisa ser acompanhado de políticas públicas, fortalecimento do SUS, combate ao preconceito e conscientização sobre a “dor invisível”.

Maria do Rosário (PT - RS) - A Deputada encaminhou manifestação do Observatório Lupa Feminista Contra os Feminicídios no Rio Grande do Sul, alertando para a escalada da violência contra mulheres no Estado, que já ultrapassou 50 casos em 2025. Denunciou a ausência de políticas públicas eficazes, a fragilidade dos serviços de proteção e o aumento do ódio de gênero. Destacou que apenas a soma de esforços institucionais e sociais poderá reverter o quadro e cobrou providências imediatas para prevenção, proteção, investigação e reconhecimento das razões de gênero nos crimes.

Capitão Alberto Neto (PL - AM) - O Deputado criticou a decisão do Ministro Flávio Dino sobre a aplicabilidade de leis estrangeiras no Brasil. Argumentou que a medida compromete a competitividade econômica, gera insegurança jurídica e ameaça a credibilidade internacional do País. Destacou que o Brasil recebe cerca de 50 bilhões de dólares anuais em investimentos estrangeiros diretos, recursos que dependem de previsibilidade legal para sustentar empregos e grandes projetos. Avaliou que a decisão já provoca questionamentos de investidores e risco de fuga de empresas, classificando-a como “sabotagem econômica institucionalizada”.

Rubens Pereira Júnior (PT - MA) - O Deputado destacou a entrega de 400 Unidades Odontológicas Móveis (UOM) a Municípios brasileiros, no âmbito do Novo PAC Saúde, em evento com a presença do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Afirmou que a iniciativa marca uma nova era para a saúde pública, ao ampliar o acesso a tratamentos odontológicos em regiões carentes. Ressaltou também que cerca de 84 milhões de brasileiros não têm consultas regulares e que a saúde bucal impacta diretamente em doenças graves, como cardíacas e diabetes. Por fim, afirmou que a ação representa justiça social, dignidade e qualidade de vida, sendo um convite à integração e à redução de desigualdades.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 153.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 19/08/2025

ENCERRAMENTO